



OURO FINO SAÚDE ANIMAL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 20.258.278/0001-70

NIRE 35.300.465.415

MANUAL DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

E

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ÍNDICE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO	3
ESCLARECIMENTOS GERAIS SOBRE A PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA	5
PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO	7
ANEXO I	12
ANEXO II	47
ANEXO III	48
ANEXO IV	54
ANEXO V	55
ANEXO VI	82
ANEXO VII	84

OURO FINO SAÚDE ANIMAL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 20.258.278/0001-70

NIRE 35.300.465.415

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convidados os senhores acionistas da **OURO FINO SAÚDE ANIMAL PARTICIPAÇÕES S.A. (“Companhia”)** a reunirem-se em assembleia geral ordinária (“AGO”), a ser realizada no dia 29 de abril de 2016, às 11h00, na sede da Companhia, localizada na cidade de Cravinhos, Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, SP 330, KM 298, Bloco C, 2º andar, Sala CCS 210, Distrito Industrial, CEP 14140-000, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- (i) tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, incluindo o relatório da administração e o relatório dos auditores independentes;
- (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 e a distribuição de dividendos;
- (iii) deliberar sobre a aprovação do orçamento de capital para o exercício de 2016;
- (iv) fixar a remuneração anual global dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2016;
- (v) eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia e seus suplentes; e
- (vi) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia.

Informações Gerais

Os acionistas deverão depositar na Companhia, com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência da data prevista para a realização da Assembleia, além do documento de identidade ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso: (1) comprovante expedido pela instituição escrituradora, no máximo, 2 (dois) dias antes da data da realização da AGO; e (2) o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante.

Sem prejuízo do disposto acima, caso V.Sa. compareça à AGO até o momento da abertura dos trabalhos de posse dos documentos necessários, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente.

Recomendamos aos senhores acionistas que cheguem ao local de realização da AGO com antecedência de 1 (uma) hora, para o devido cadastramento e ingresso na AGO.

Para um melhor entendimento da ordem do dia, bem como instruções relativas à participação na AGO, os senhores acionistas são convidados a consultar o Manual da AGO de 29 de março de 2016, disponível na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (ri.ourofino.com), e nos sites da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

Nos termos do artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações, e em cumprimento ao disposto no artigo 6º e seguintes da Instrução CVM nº 481 (“**Instrução CVM 481**”), de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada, encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (ri.ourofino.com), e nos sites da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), todos os documentos pertinentes às matérias que serão deliberadas na AGO ora convocada, incluindo o Manual da AGO de 29 de março de 2016.

Percentual para adoção de voto múltiplo. Para efeitos do que dispõe o artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações, as Instruções CVM 165 e 282 e o artigo 4º da Instrução CVM 481, o percentual mínimo do capital votante para solicitação de adoção do processo de voto múltiplo é de 5%.

Eventuais esclarecimentos poderão ser solicitados ao Departamento de Relações com Investidores da Companhia: ri@ourofino.com ou telefone (16) 3518-2000.

Cravinhos, 30 de março de 2016.

Jardel Massari

Presidente do Conselho de Administração

ESCLARECIMENTOS GERAIS SOBRE A PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Para participar da Assembleia Geral Ordinária (“**AGO**”), os acionistas da Companhia deverão comparecer, pessoalmente ou representados por procurador, no local e horário da AGO, nos termos do respectivo edital de convocação, munidos dos seguintes documentos:

- **Acionista pessoa física:**

- (i) documento de identidade;
- (ii) comprovante da instituição financeira escrituradora das ações da Companhia, contendo a respectiva participação acionária, datado de até 2 (dois) dias úteis antes da realização da AGO; e
- (iii) em caso de participação por procurador, documentação listada abaixo.

- **Acionista pessoa jurídica:**

- (i) documento de identidade do representante legal ou procurador presente;
- (ii) comprovante da instituição financeira escrituradora das ações da Companhia, contendo a respectiva participação acionária, datado de até 2 (dois) dias úteis antes da realização da AGO;
- (iii) estatuto ou contrato social atualizado, registrado no órgão competente;
- (iv) documento que comprove poderes de representação: ata de eleição do representante legal presente, ou da pessoa que assinou a procuração, se for o caso;
- (v) se representado por procurador, a documentação abaixo; e
- (vi) em caso de fundo de investimento, o regulamento, bem como os documentos em relação ao seu administrador mencionados no item (iv) acima.

- **Acionista representado por procurador:**

Caso o acionista prefira ser representado por procurador, deverá, adicionalmente, apresentar os seguintes documentos:

- (i) procuração, com firma reconhecida, emitida há menos de 1 (um) ano da data de realização da AGO, conforme exigência legal (artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações). O procurador deverá ser acionista, administrador da Companhia, advogado, instituição financeira ou administrador de fundos de investimento que represente os condôminos; e
- (ii) documento de identidade do procurador.

As procurações outorgadas fora do Brasil deverão ser notariadas por tabelião público devidamente habilitado para este fim, consularizadas em consulado brasileiro e traduzidas para o português por um tradutor juramentado, exceto nos casos em que a notarização e consularização de documentos seja dispensada.

A Companhia, visando a facilitar a organização dos trabalhos, solicita que a documentação acima seja enviada com até 72 (setenta e duas) horas de antecedência da data da realização da AGO, por portador, correio ou correio eletrônico (neste caso o documento físico deve ser trazido no dia da AGO), dirigidos aos endereços abaixo:

Envio de documentos físicos

A/C: Departamento de Relações com Investidores

Rodovia Anhanguera, SP 330, KM 298, Bloco C, 2º andar, Sala CCS 210, Distrito Industrial
CEP 14140-000, Cravinhos, SP

Envio de documentos por e-mail

Favor colocar no assunto: Documentos AGO Ouro Fino 2016

E-mail: ri@ourofino.com

A Companhia ressalta, entretanto, que o envio prévio da documentação visa somente a dar agilidade ao processo, não sendo condição necessária para a participação nesta AGO.

* * *

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

OURO FINO SAÚDE ANIMAL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 20.258.278/0001-70

NIRE 35.300.465.415

Proposta da Administração à Assembleia Geral Ordinária

Senhores Acionistas,

A Administração da Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A. (“**Companhia**”), nos termos da legislação pertinente e do estatuto social da Companhia, com o propósito de atender aos interesses da Companhia, submete à apreciação de seus acionistas a presente proposta da administração (“**Proposta da Administração**”) sobre as matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada no dia 29 de abril de 2016, às 11:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na cidade de Cravinhos, Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, SP 330, KM 298, Bloco C, 2º andar, Sala CCS 210, Distrito Industrial, CEP 14140-000 (“**AGO**”), conforme Edital de Convocação a ser divulgado no prazo legal, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- (i) tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, incluindo o relatório da administração e o relatório dos auditores independentes;
- (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 e a distribuição de dividendos;
- (iii) deliberar sobre a aprovação do orçamento de capital para o exercício de 2016;
- (iv) fixar a remuneração anual global dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2016;
- (v) eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia e seus suplentes; e
- (vi) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia.

Desse modo, as seções que seguem analisarão os itens acima enumerados, constantes da ordem do dia da AGO, com as justificativas que levaram a Administração a formular a presente Proposta da Administração.

1 Contas da Administração e demonstrações financeiras da Companhia

A Administração propõe a aprovação das contas dos administradores e das demonstrações financeiras da Companhia acompanhadas do relatório da administração e do relatório dos auditores independentes, todos referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 e devidamente aprovados pelo Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 17 de março de 2016.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, empresa especializada de auditoria independente da Companhia, emitiu relatório sem ressalvas a respeito das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como das demonstrações financeiras combinadas-

consolidadas da Companhia, ambas referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

A Administração recomenda a leitura das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como das demonstrações financeiras combinadas-consolidadas da Companhia, o relatório dos administradores, as notas explicativas e o relatório dos auditores independentes, os quais foram devidamente disponibilizados à consulta nesta data na página eletrônica da Companhia (<http://ri.ourofino.com>), da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) (www.cvm.gov.br) na rede mundial de computadores e que foram publicados, em 24 de março de 2016, no “Diário Oficial do Estado de São Paulo”, e em 23 de março de 2016, no jornal “Valor Econômico”.

A Administração ressalta que, em atendimento ao disposto no artigo 9º, inciso III, da Instrução da CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (“**Instrução CVM 481**”), os comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item “10. Comentários dos diretores” do Formulário de Referência da Companhia, elaborado em consonância com o Anexo 24 da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada (“**Formulário de Referência**”), estão disponíveis nas páginas eletrônicas da Companhia (<http://ri.ourofino.com>), da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br) na rede mundial de computadores, além de constarem como **ANEXO I** à presente Proposta da Administração.

Por fim, em atendimento ao disposto no artigo 9º, parágrafo único, inciso III, da Instrução CVM 481, o Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia manifestou-se sobre demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como das demonstrações financeiras combinadas-consolidadas da Companhia, o relatório dos administradores, as notas explicativas e o relatório dos auditores independentes, na forma do parecer constante da presente Proposta da Administração como **ANEXO II** (“**Parecer do CAE**”). A Administração da Companhia ressalta que o Parecer do CAE encontra-se devidamente disponibilizado à consulta na página eletrônica da Companhia (<http://ri.ourofino.com>), da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br) na rede mundial de computadores.

2 Proposta de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2015

O lucro líquido da Companhia apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$69.192.349,44. A Administração da Companhia propõe a seguinte destinação:

- (i) 5% do lucro líquido do exercício, no montante de R\$3.459.617,47, serão alocados à reserva legal;
- (ii) R\$16.433.182,99 serão pagos aos acionistas a título de dividendo mínimo obrigatório, que corresponde a R\$0,304643681 por ação. O cálculo do dividendo mínimo obrigatório já considera a distribuição de juros sobre capital próprio, no montante bruto de R\$5.024.725,90, aprovada na reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de dezembro de 2015, sobre a qual incidirá a retenção de R\$722.691,37 a título de Imposto de Renda Retido na Fonte (“**IRRF**”), resultando no montante líquido de R\$4.302.034,53 para distribuição aos acionistas. Nos termos aprovados pelo Conselho de Administração, o pagamento dos juros sobre o capital próprio deverá ser efetuado em até 10 dias contados da data da AGO. Farão jus ao recebimento dos juros sobre capital próprio os

acionistas titulares das ações na data da realização da referida reunião do Conselho de Administração; e

- (iii) o saldo remanescente, no montante de R\$48.576.857,61, será destinado à retenção de lucros com base no orçamento de capital constante desta Proposta da Administração, conforme item 3 abaixo.

Observada a parte final do item 2(ii) acima, relativa aos juros sobre capital próprio, os acionistas que farão jus aos dividendos serão aqueles registrados como tal em 29 de abril de 2016, data da AGO, sendo que, a partir de 30 de abril de 2016, as ações da Companhia passarão a ser negociadas “*ex-dividendos*”.

Em atendimento ao artigo 9º, parágrafo único, inciso II, da Instrução CVM 481, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, na forma do Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481, encontra-se no **ANEXO III** a esta Proposta da Administração.

3 Proposta de aprovação do orçamento de capital para o exercício de 2016

Nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”), e dando continuidade ao plano de crescimento e desenvolvimento da Companhia, a Administração propõe a retenção de parcela do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$48.576.857,61. Os saldos incluídos nessa reserva de retenção de lucros serão utilizados, principalmente, na manutenção do plano de crescimento da Companhia no mercado local, no desenvolvimento da plataforma produtiva de novos produtos biológicos e biotecnológicos e expansão internacional em mercados-chave, como México e Colômbia.

Os recursos decorrentes da retenção de lucros ora proposta poderão ser utilizados durante os próximos 5 exercícios sociais da Companhia e conforme destinação que lhe der a AGO, nos termos do §1º do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

As informações relacionadas ao orçamento de capital ora submetido à aprovação dos acionistas encontram-se descritas no “Anexo 9-1-II” da Instrução CVM 481, e também estão disponíveis na íntegra para consulta dos acionistas no **ANEXO IV** à presente Proposta.

4 Proposta de remuneração da Administração e dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2016

O Conselho de Administração propõe que a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia para o exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2015 equivalha ao montante de até R\$6.551.616,68, sendo R\$1.231.437,60 referentes à remuneração dos membros do Conselho de Administração e R\$5.062.949,00 referentes à remuneração da Diretoria. A Administração propõe, ainda, que a remuneração global dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2016 equivalha ao montante de até R\$257.230,08.

Em atendimento ao artigo 12 da Instrução CVM 481, as informações sobre remuneração dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal indicadas no item “13. Remuneração dos administradores” do Formulário de Referência encontram-se no **ANEXO V** desta Proposta da Administração.

5 Parecer do Conselho Fiscal sobre a presente Proposta da Administração

Nos termos do artigo 163, incisos I e II, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 9º, inciso V, da Instrução CVM 481, o Conselho Fiscal da Companhia manifestou-se sobre o conteúdo da presente Proposta da Administração, bem como sobre o relatório anual da Administração, na forma do parecer constante da presente Proposta da Administração como **ANEXO VI (“Parecer do Conselho Fiscal”)**. A Administração da Companhia ressalta que o Parecer do Conselho Fiscal encontra-se devidamente disponibilizado à consulta na página eletrônica da Companhia (<http://ri.ourofino.com>), da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) (www.cvm.gov.br) na rede mundial de computadores.

6 Eleição dos membros do Conselho Fiscal

A Administração da Companhia submete à aprovação dos seus acionistas a eleição dos membros do Conselho Fiscal para o período a encerrar-se na assembleia geral ordinária da Companhia que aprovará as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (“**AGO 2017**”), tendo em vista o encerramento do mandato de seus membros após a AGO.

Caso aprovada a presente matéria constante da ordem do dia da AGO, os membros do Conselho Fiscal abaixo indicados permanecerão em seus cargos até a realização da AGO 2017.

Neste sentido, o Conselho Fiscal da Companhia será composto da seguinte forma:

Conselheiro	Cargo	Mandato
Gustavo Tenorio Reis	Membro efetivo do Conselho Fiscal	AGO 2017
José Paulo Marques Netto	Membro efetivo do Conselho Fiscal	AGO 2017
César Augusto Campezo Neto	Membro efetivo do Conselho Fiscal	AGO 2017
Lucio dos Santos Faria	Membro suplente do Conselho Fiscal	AGO 2017
Hugo Saraiva Carvalho Júnior	Membro suplente do Conselho Fiscal	AGO 2017
Paulo César Lima	Membro suplente do Conselho Fiscal	AGO 2017

7 Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia

Tendo em vista o término do mandato dos membros do Conselho de Administração da Companhia que ocorrerá em 31 de julho de 2016, e de forma a alinhar o prazo do mandato de tais membros do Conselho de Administração da Companhia com a realização das assembleias gerais ordinárias anuais da Companhia, a Administração propõe a eleição dos membros do Conselho de Administração, com mandato unificado de 2 (dois) anos a contar da data da AGO, conforme lista a seguir e nos termos do estatuto social da Companhia:

Conselheiro	Cargo a ser ocupado	Mandato
Jardel Massari	Presidente do Conselho de Administração	AGO 2018

Norival Bonamichi	Vice Presidente do Conselho de Administração	AGO 2018
Luiz Antônio Santos Baptista	Membro independente do Conselho de Administração	AGO 2018
Martín Emiliano Escobari Lifchitz	Membro independente do Conselho de Administração	AGO 2018
José Francisco Hintze Júnior	Membro independente do Conselho de Administração	AGO 2018

A administração da Companhia esclarece que os membros do Conselho de Administração acima relacionados foram indicados pelos acionistas controladores da Companhia, exceto quanto aos conselheiros independentes.

Voto Múltiplo. Nos termos do caput do artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações, no caso da adoção do processo de voto múltiplo, serão atribuídos a cada ação ordinária tantos votos quantos sejam os cargos a serem preenchidos no Conselho de Administração da Companhia, sendo permitido ao acionista o direito de acumular votos em um só candidato ou distribuí-los entre vários candidatos.

O pedido para adoção do processo de voto múltiplo pode ser feito por acionistas que representarem, no mínimo, 5% do capital votante da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da AGO, mediante solicitação por escrito à Companhia.

Em atendimento ao disposto no artigo 10 da Instrução CVM 481, a Administração apresenta, como **ANEXO VII** à presente Proposta, os itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência da Companhia, devidamente alterados considerando a aprovação dos itens 6 e 7 constantes desta Proposta da Administração.

Por fim, a Companhia esclarece que esta proposta, bem como o edital de convocação à referida AGO, encontram-se disponíveis nos sites da CVM (www.cvm.gov.br), da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br), e de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.ourofino.com>). Adicionalmente, os documentos relacionados a esta proposta, incluindo aqueles exigidos pela Instrução CVM 481, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia.

Cravinhos, 29 de março de 2016

A Administração.

Jardel Massari

Presidente do Conselho de Administração

ANEXO I

Comentários da Administração sobre a situação financeira da Companhia

(Item “10. Comentários dos diretores” do Formulário de Referência)

10.1 Condições financeiras e patrimoniais gerais

Apresentação das Demonstrações Financeiras da Companhia

A Companhia foi constituída em 10 de abril de 2014 sob a denominação social A.H.N.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. (“**AHNSPE**”), tendo como objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no Brasil ou no exterior. Em 18 de junho de 2014, a AHNSPE (antiga denominação da Companhia) foi adquirida pelos Srs. Norival Bonamichi e Jardel Massari, os quais doaram parte de sua participação para os demais acionistas que compunham, na época, o quadro societário da Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A.. Em 30 de junho de 2014, por meio da cisão parcial da Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A., especificamente relacionada às empresas do segmento de saúde animal, seguida de incorporação da parcela cindida pela Companhia, conforme descrita nos itens 6.1 e 6.5 deste Formulário de Referência, a Companhia passou a ter como controladas: Ouro Fino Saúde Animal Ltda. (e sua controlada Ouro Fino de México, S.A. de C.V.), Ouro Fino Agronegócio Ltda. e Ouro Fino Pet Ltda. Para informações detalhadas sobre as controladas da Companhia, vide item 9.1(c) deste Formulário de Referência.

Nos itens 10.1 a 10.8 deste Formulário de Referência serão apresentadas informações relativas aos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as respectivas demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e para o período compreendido entre 10 de abril (data de constituição da Companhia) e 31 de dezembro de 2014. Essas informações derivam das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para os períodos indicados, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de contabilidade, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Demonstrações financeiras combinadas-consolidadas históricas

Considerando que a Companhia foi constituída em 10 de abril de 2014, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas (“**Consolidado**”) para o período compreendido entre a data de sua constituição e o encerramento do exercício de 2014, apresentadas comparativamente ao exercício de 2015, não refletem adequadamente o resultado histórico das operações do negócio de saúde animal para o ano de 2014. Nesse contexto, a Administração optou por apresentar no item 10.9 deste Formulário de Referência, quando aplicável, informações derivadas das demonstrações financeiras combinadas-consolidadas (“**Combinado**”) das controladas da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

As informações financeiras apresentadas também foram ajustadas para melhor refletir o lucro líquido das operações continuadas, ajustado por eventos extraordinários, em especial, no exercício de 2014, para considerar despesas da controladora, não incluídas no combinado, e para desconsiderar despesas específicas relacionadas ao processo de abertura de capital, consideradas como extraordinárias.

Tais informações contábeis têm o objetivo de proporcionar informações mais úteis e representativas aos seus destinatários, para que as operações, a gestão e a posição patrimonial da Companhia e suas controladas sejam compreendidas dentro de sua atual estrutura societária, além de propiciar comparabilidade às demonstrações financeiras, demonstrar o histórico das atuais operações da Companhia, sua posição financeira, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa, de forma combinada-consolidada, bem como comentar os fatores que influenciaram o seu desempenho nos períodos indicados, possibilitando uma análise razoável para tomada de decisão de investimento nas ações de emissão da Companhia.

As demonstrações financeiras combinadas-consolidadas também foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de contabilidade, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As demonstrações financeiras combinadas-consolidadas não devem ser utilizadas isoladamente para a tomada de qualquer decisão de investimento na Companhia, pois não são indicativas de resultados que teriam ocorrido se os negócios tivessem sido conduzidos como uma única unidade de negócios durante o período apresentado e não representam indicativos dos resultados ou posição financeira consolidados futuros da Companhia.

Informações financeiras combinadas-consolidadas *pro forma*

Com o objetivo de aumentar sua eficiência administrativa, em 30 de junho de 2014 a Companhia e suas controladas Ouro Fino Saúde Animal Ltda., Ouro Fino Agronegócio Ltda. e Ouro Fino Pet Ltda., juntamente com suas partes relacionadas Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A. e Ouro Fino Química Ltda., celebraram contrato de rateio de despesas para implementação de um centro de serviços compartilhados.

Neste sentido, a fim de ilustrar os impactos na demonstração do resultado combinado-consolidado do compartilhamento de despesas, caso este tivesse ocorrido a partir de 1º de janeiro de 2013, também foram elaboradas demonstrações financeiras combinadas-consolidadas *pro forma* para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, segundo os critérios definidos na Orientação Técnica OCPC 06 – Apresentação de Informações Financeiras *Pro Forma* do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

(a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia nesta data são suficientes para dar continuidade ao seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo. Sua geração de caixa, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócio.

Em 31 de dezembro de 2015, o índice de endividamento total era de 0,82, representado por passivo circulante acrescido de passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido. A posição de caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$ 23.380 mil e a dívida líquida bancária totalizou R\$ 192.669 mil, com um índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido de 0,51. Em 31 de dezembro de 2014, o índice de endividamento total era de 0,90. A posição de

caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 72.453 mil e a dívida líquida bancária totalizava R\$ 134.000 mil, com um índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido de 0,41.

(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

Acreditamos que a atual estrutura de capital da Companhia apresenta baixo nível de alavancagem. A relação entre dívida líquida (empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes líquidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa e de instrumentos financeiros derivativos) e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2015 era de 0,51 (0,41 em 31 de dezembro de 2014). A tabela a seguir apresenta a estrutura do endividamento da Companhia nas datas indicadas:

(em milhares de reais, exceto quando indicado)	Em 31 de dezembro de	
	2015	2014
Empréstimos e financiamentos de curto prazo	57.260	103.093
Empréstimos e financiamentos de longo prazo	159.227	112.560
Total de empréstimos e financiamentos	216.487	215.653
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	(438)	(9.200)
Caixa e equivalentes de caixa	(23.380)	(72.453)
(=) Dívida líquida	192.669	134.000
Patrimônio líquido	380.309	330.157
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido	0,51	0,41

A Companhia apresentava, em 31 de dezembro de 2015, uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, na proporção apresentada na tabela abaixo. Na visão da Diretoria, essa estrutura pouco alavancada será alterada em decorrência da execução do seu plano de negócios.

(em milhares de reais, exceto quando indicado)	Em 31 de dezembro de	
	2015	2014
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	313.062	297.104
Capital próprio (patrimônio líquido)	380.309	330.157
Capital total (terceiros + próprio)	693.371	627.261
Parcela de capital de terceiros	45,15%	47,37%
Parcela de capital próprio	54,85%	52,63%

(c) comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir seus compromissos financeiros. Os índices de liquidez geral e corrente da Companhia em 31 de dezembro de 2015 eram de 2,21 e 2,52, respectivamente (2,11 e 2,07 em 31 de dezembro de 2014). Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía aproximadamente R\$ 216,5 milhões de empréstimos e financiamentos tomados e dispunha de um contrato de financiamento firmado com a FINEP no valor de R\$ 106,9 milhões, dos quais R\$ 64,2 milhões ainda a serem desembolsados. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de crédito adicionais, na hipótese de haver necessidade.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.

Na data deste Formulário de Referência, as principais fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia são o caixa gerado por meio de suas atividades operacionais e a utilização de instrumentos bancários de financiamento, tais como linhas de capital de giro de bancos comerciais, bancos de desenvolvimento e agências de financiamento governamentais, como a FINEP.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos no mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes em vigor em 31 de dezembro de 2015:

(em milhares de reais, exceto %)	Encargos financeiros	Vencimento final	Em 31 de dezembro de	
			2015	2014
Em moeda estrangeira				
BNDES - FINEM	Média das variações cambiais dos recursos captados pelo BNDES e taxa média ponderada de 2,37% ao ano (2014 - 2,57% ao ano)	2016	228	817
Nota de Crédito à Exportação (NCE)	Varição Cambial + 4,28% a.a.			10.111
Capital de giro	Varição cambial e taxa média ponderada de 2,97% ao ano (2014 de 1,68% ao ano)	2018	57.005	53.537
Capital de giro	Varição cambial e taxa Libor + 1,15% ao ano	2016	582	
Em moeda nacional				
FINEP (Inovação tecnológica)	Taxa média ponderada de 4,35% ao ano (2014 - 4,44% ao ano)	2024	132.890	122.555
BNDES - FINEM	Taxa média ponderada de 9,80% ao ano (2014 - 7,89% ao ano)	2016	1.151	6.268
BNDES - FINAME	Taxa média ponderada de 6,09% ao ano (2014 - 4,50% ao ano)	2023	1.364	1.276
Nota de Crédito à Exportação (NCE)	Taxa média ponderada de 8% ao ano (2014 - 8% ao ano)	2016	22.306	20.889
Arrendamento mercantil financeiro	Taxa média ponderada de taxa pré fixada de 16,88% ao ano e pós fixada de 16,79% ao ano (2014 - 12,32% ao ano)	2018	961	200

Descrevemos a seguir os contratos financeiros relevantes da Companhia e suas controladas, em vigor em 31 de dezembro de 2015:

Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP

Em 18 de julho de 2008, 15 de abril de 2010, 9 de dezembro de 2011 e 18 de dezembro de 2014, as controladas Ouro Fino Saúde Animal Ltda. e Ouro Fino Agronegócio Ltda. firmaram contratos com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP voltados ao financiamento de projetos de

desenvolvimento e inovação de produtos, com valor histórico agregado de R\$ 332,6 milhões, com vencimentos entre 15 de agosto de 2018 e 15 de janeiro de 2024. Três desses contratos possuem taxas de juros pré-fixadas entre 4,0% e 5,0% ao ano e os demais contratos são vinculados à taxa de juros longo prazo (“**TJLP**”), com equalização que produz uma taxa de juros final ao redor de 4,5% ao ano. Esses contratos são garantidos por fiança da Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A. e/ou Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A e/ou por fiança bancária parcial. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo devedor desses contratos era de aproximadamente R\$ 132,9 milhões.

Nota de Crédito de Exportação Nº 1214-13 em favor do HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo

Em 18 de fevereiro de 2013, a controlada Ouro Fino Agronegócio Ltda. emitiu Nota de Crédito à Exportação Direta Tradicional Nº 1214-13 em favor do HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, no valor histórico de R\$ 17 milhões, com vencimento em 3 de fevereiro de 2016, taxa de juros de 8,0% ao ano (*swap* para 93,4% do CDI) e quitação em parcela única na data de vencimento. Essa nota de crédito é garantida por aval da Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A. A nota poderá ser declarada antecipadamente vencida caso a Ouro Fino Agronegócio Ltda. ou os avalistas descumpram qualquer obrigação contraída com o HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo devedor desse contrato era de R\$ 18,8 milhões.

Cédula de Crédito Bancário (crédito externo) com o HSBC Bank Brasil S.A.

Em 17 de dezembro de 2015, a controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. firmou um contrato de empréstimo com o HSBC Bank Brasil S.A, no valor de US\$ 4 milhões (aproximadamente R\$ 15,4 milhões), com vencimento em 10 de janeiro de 2017 e taxa de juros em dólar norte americano de 3,31% ao ano. Este empréstimo é garantido por aval da Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A..

Nessa mesma data, a Ouro Fino Saúde Animal Ltda. celebrou um contrato de *swap* de taxa de câmbio com o HSBC Bank Brasil S.A. no valor nominal de R\$ 15,4 milhões (US\$ 4 milhões) que prevê que ela receba a variação do dólar norte-americano mais juros de 3,31% ao ano e pague 96,5% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) sobre o valor nominal. O contrato poderá ser considerado antecipadamente vencido caso a Ouro Fino Saúde Animal Ltda. fique inadimplente em relação a qualquer obrigação contraída com o HSBC Bank Brasil S.A. ou com uma empresa relacionada com o HSBC Bank Brasil S.A. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo devedor desse contrato era de R\$ 15,6 milhões.

Advance Facility Agreement (crédito externo) com o Rabobank Curaçao N.V.

Em 31 de julho de 2015, 26 de outubro de 2015 e 17 de novembro de 2015, a controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. firmou contratos de empréstimo com o Rabobank Curaçao N.V. no valor total agregado de US\$ 10,5 milhões (aproximadamente R\$ 37,6 milhões), com vencimentos entre 09 de novembro de 2017 e 18 de outubro de 2018 e taxa de juros em dólar norte americano entre 2,79% e 2,87% ao ano. Esses empréstimos são garantidos por aval da Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A. e Notas Promissórias no valor total de US\$ 12,6 milhões.

Nas mesmas datas dos contratos, a Ouro Fino Saúde Animal Ltda. celebrou contratos de *swap* de taxa de câmbio com o Banco Rabobank International Brasil S.A. no valor nominal total de R\$ 37,6 milhões (US\$ 10,5 milhões) que preveem que ela receba a variação do dólar norte-americano mais juros entre 2,79% e 2,87% ao ano e pague entre 100% e 102,5% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) sobre o valor nominal dos contratos. Os contratos poderão ser

considerados antecipadamente vencidos caso a Ouro Fino Saúde Animal Ltda. esteja inadimplente com relação a qualquer obrigação contraída com o Rabobank Curaçao N.V. ou com uma empresa relacionada com o Rabobank Curaçao N.V. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo devedor desses contratos era de R\$ 41,4 milhões.

ii. outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Os Diretores informam que não existem relações de longo prazo entre a Companhia e/ou suas controladas com instituições financeiras que não aquelas descritas no item 10.1(f)(i) deste Formulário de Referência.

iii. grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Os Diretores informam que o grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

iv. restrições impostas à Companhia, em especial em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Alguns empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia ou suas controladas possuem cláusulas restritivas relacionadas à mudança do controle societário consideradas usuais para esse tipos de operação. Além disso, um dos contratos firmados com o BNDES em 12 de fevereiro de 2010 e vencimento em 15 de agosto de 2016, cujo saldo em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 537 mil, requer que a controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. mantenha, durante a vigência do contrato, os seguintes índices financeiros: liquidez corrente igual ou maior que 1,0 e endividamento geral igual ou menor que 0,75. Tais níveis de endividamento são verificados pelo credor por meio de balanço auditado por empresa de auditoria independente.

Os Diretores da Companhia informam que todas as cláusulas restritivas acima descritas vêm sendo devidamente cumpridas pela Companhia, inclusive com relação à manutenção dos índices financeiros estabelecidos nos contratos.

(g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía R\$ 216,5 milhões em empréstimos e financiamentos tomados e dispunha de um contrato de financiamento firmado com a FINEP no valor de R\$ 106,9 milhões, dos quais R\$ 64,2 milhões ainda a serem desembolsados.

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e do período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014 foram preparadas de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro – *International Financial Reporting Standards (IFRS)* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Para uma melhor compreensão do desempenho operacional na Companhia, veja o item 10.9 deste Formulário de Referência, que apresenta uma análise histórica completa das

demonstrações financeiras consolidadas e combinadas-consolidadas preparadas com essa finalidade.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 COMPARADO AO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 10 DE ABRIL E 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Demonstração do Resultado Consolidado

(em milhares de reais, exceto quando indicado)	Exercício findo em 31 de dezembro de 2015	AV (%)	Período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014	AV (%)	AH 2015/2014 (%)
Receitas líquidas das vendas	534.045	100,00%	327.360	100,00%	63,14%
Custos das vendas	(236.684)	-44,32%	(133.411)	-40,75%	77,41%
Lucro bruto	297.361	55,68%	193.949	59,25%	53,32%
Despesas com vendas	(161.618)	-30,26%	(103.597)	-31,65%	56,01%
Despesas gerais e administrativas	(39.882)	-7,47%	(28.168)	-8,60%	41,59%
Outras receitas (despesas), líquidas	2.041	0,38%	(5)	0,00%	-40920,00%
Resultado financeiro	(10.635)	-1,99%	(8.074)	-2,47%	31,72%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	87.267	16,34%	54.105	16,53%	61,29%
Imposto de renda e contribuição social	(18.060)	-3,38%	(15.227)	-4,65%	18,61%
Lucro do exercício das operações continuadas	69.207	12,96%	38.878	11,88%	78,01%

Receita líquida

A receita líquida foi de R\$ 534,0 milhões em 2015, em comparação com R\$ 327,4 milhões no período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014, o que representou um aumento de R\$ 206,7 milhões ou 63,14%. Para um melhor entendimento da variação ocorrida entre os períodos, favor observar o item 10.9 deste Formulário de Referência.

Animais de Produção

Esse segmento representa a fabricação e comercialização no mercado interno de medicamentos, vacinas e outros produtos veterinários para animais de produção (ruminantes, que compreendem bovinos, equinos e outros), aves e suínos e prestação de serviços de industrialização para outras empresas do setor.

Animais de Companhia

Esse segmento representa a fabricação e comercialização no mercado nacional de medicamentos e outros produtos veterinários para animais de companhia (cães e gatos).

Operações Internacionais

Este segmento representa a fabricação e comercialização no mercado externo de medicamentos, vacinas e outros produtos veterinários para animais de produção. As vendas ocorrem substancialmente para a América Latina.

Custo das vendas

O custo das vendas em 2015 foi de R\$ 236,7 milhões, contra R\$ 133,4 milhões no período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014, o que representou uma variação

positiva de R\$ 103,3 milhões ou 77,41%. Para um melhor entendimento da variação ocorrida entre os períodos, favor observar o item 10.9 deste Formulário de Referência.

Lucro bruto

Nosso lucro bruto em 2015 foi de R\$ 297,4 milhões, contra R\$ 193,9 milhões no período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014, o que representou um aumento de R\$ 103,4 milhões ou 53,32%. Para um melhor entendimento da variação ocorrida entre os períodos, favor observar o item 10.9 deste Formulário de Referência.

Despesas operacionais

Em 2015, nossas despesas operacionais, que compreendem despesas com vendas, despesas gerais e administrativas e outras despesas, foram de R\$ 199,5 milhões, contra R\$ 131,8 milhões no período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014, o que representou um aumento de despesas de R\$ 67,7 milhões ou 51,37%. As despesas operacionais corresponderam a 37,36% e 40,26% do total da receita líquida em 2015 e no período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014, respectivamente. Para um melhor entendimento da variação ocorrida entre os períodos, favor observar o item 10.9 deste Formulário de Referência.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido apresentou uma despesa de R\$ 10,6 milhões em 2015 em comparação a uma despesa de R\$ 8,1 milhões no período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014. Para um melhor entendimento da variação ocorrida entre os períodos, favor observar o item 10.9 deste Formulário de Referência.

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

Registramos lucro antes do imposto de renda e da contribuição social em 2015 de R\$ 87,3 milhões, contra R\$ 54,1 milhões no período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014, o que representa um aumento de R\$ 33,2 milhões. O lucro antes do imposto de renda e da contribuição social representou 16,34% e 16,53% de nossa receita líquida em 2015 e no período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014, respectivamente.

Impostos de renda e contribuição social

Em 2015, as despesas com imposto de renda e contribuição social, que compreendem os correntes e diferidos, totalizaram R\$ 18,1 milhões, contra R\$ 15,2 milhões no período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014. Para um melhor entendimento da variação ocorrida entre os períodos, favor observar o item 10.9 deste Formulário de Referência.

Lucro líquido do período

Como resultado do acima mencionado, nosso lucro em 2015 foi de R\$ 69,2 milhões, contra R\$ 38,9 milhões no período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014.

Balanço Patrimonial Consolidado

A tabela a seguir apresenta os valores relativos aos balanços patrimoniais nas datas indicadas:

Ativo

(em milhares de reais, exceto quando indicado)	2015	AV (%)	2014	AV (%)	AH 2015/2014 (%)
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	23.380	3,37%	72.453	11,55%	-67,73%
Contas a receber de clientes	225.740	32,56%	178.111	28,40%	26,74%
Instrumentos financeiros derivativos	22	0,00%	10.376	1,65%	-99,79%
Estoques	109.263	15,76%	86.848	13,85%	25,81%
Tributos a recuperar	8.491	1,22%	9.391	1,50%	-9,58%
Partes relacionadas	1.870	0,27%	998	0,16%	87,37%
Outros ativos	9.611	1,39%	7.439	1,19%	29,20%
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Instrumentos financeiros derivativos	1.713			0,00%	
Tributos a recuperar	32.322	4,66%	22.529	3,59%	43,47%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.558	0,80%	1.920	0,31%	189,48%
Outros ativos	2.616	0,38%	261	0,04%	902,30%
Intangível	78.690	11,35%	66.300	10,57%	18,69%
Imobilizado	194.095	27,99%	170.635	27,20%	13,75%
Total do ativo	693.371	100,00%	627.261	100,00%	10,54%

Passivo e Patrimônio Líquido

(em milhares de reais, exceto quando indicado)	2015	AV (%)	2014	AV (%)	AH 2015/2014 (%)
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	29.450	4,25%	22.390	3,57%	31,53%
Instrumentos financeiros derivativos	1.297	0,19%	12	0,00%	10708,33%
Empréstimos e financiamentos	57.260	8,26%	103.093	16,44%	-44,46%
Salários e encargos sociais	24.333	3,51%	24.912	3,97%	-2,32%
Tributos a recolher	6.585	0,95%	5.638	0,90%	16,80%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	1.873	0,27%	763	0,12%	145,48%
Dividendos e juros sobre o capital próprio	16.433	2,37%	8.959	1,43%	83,42%
Comissões sobre as vendas	7.313	1,05%	5.669	0,90%	29,00%
Outros passivos	5.450	0,79%	5.468	0,87%	-0,33%
Não circulante					
Instrumentos financeiros derivativos		0,00%	1.164	0,19%	-100,00%
Empréstimos e financiamentos	159.227	22,96%	112.560	17,94%	41,46%
Provisão para contingências	3.841	0,55%	2.664	0,42%	44,18%
Imposto de renda e contribuição social diferidos		0,00%	3.812	0,61%	-100,00%
Total do passivo	313.062	45,15%	297.104	47,37%	5,37%
Patrimônio líquido					
Capital Social	298.889	43,11%	298.889	47,65%	0,00%
Reserva de capital	(6.392)	-0,92%	(6.275)	-1,00%	1,86%
Opções outorgadas	1.491	0,22%		0,00%	
Reserva de lucros	70.241	10,13%	22.136	3,53%	217,32%
Ajustes de avaliação patrimonial	15.952	2,30%	15.319	2,44%	4,13%
Participação dos não controladores	128	0,02%	88	0,01%	45,45%
Total do patrimônio líquido	380.309	54,85%	330.157	52,63%	15,19%
Total do passivo e patrimônio líquido	693.371	100,00%	627.261	100,00%	10,54%

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2015, o ativo circulante era de R\$ 378,4 milhões, em comparação com R\$ 365,6 milhões em 31 de dezembro de 2014. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 54,57% em 31 de dezembro de 2015 e 58,29% em 31 de dezembro de 2014. Esse aumento, de R\$ 12,8 milhões ou 3,49%, decorreu substancialmente do efeito líquido do aumento do saldo de contas a receber de clientes, no valor de R\$ 47,6 milhões, e aumento do saldo de estoques, no montante de R\$ 22,4 milhões, compensados pela redução do caixa e equivalentes de caixa, no valor de R\$ 49,0 milhões, e redução de instrumentos financeiros derivativos, no valor de R\$ 10,3 milhões.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2015, o ativo não circulante era de R\$ 315,0 milhões, em comparação com R\$ 261,6 milhões em 31 de dezembro de 2014. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 45,43% em 31 de dezembro de 2015 e 41,71% em 31 de dezembro de 2014. Esse aumento, de R\$ 53,3 milhões ou 20,39%, decorreu substancialmente de adições no intangível e imobilizado, líquidos da depreciação, e acréscimo em todas as demais rubricas. Os

investimentos no intangível são, substancialmente, referentes a desenvolvimentos de novos produtos, e no imobilizado, substancialmente, relativos às obras da nova planta de vacinas.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2015, o passivo circulante era de R\$ 150,0 milhões, em comparação com R\$ 176,9 milhões em 31 de dezembro de 2014. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 21,63% em 31 de dezembro de 2015 e 28,20% em 31 de dezembro de 2014. Esta redução, de R\$ 26,9 milhões ou 15,21%, decorreu substancialmente da redução do saldo de empréstimos e financiamentos de curto prazo, no valor de R\$ 45,8 milhões, compensado pelo aumento no saldo de fornecedores e dividendos e juros sobre o capital próprio, nos montantes de R\$ 7,6 milhões e R\$ 7,5 milhões, respectivamente.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2015, o passivo não circulante era de R\$ 163,1 milhões, em comparação com R\$ 120,2 milhões em 31 de dezembro de 2014. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 23,52% em 31 de dezembro de 2015 e 19,16% em 31 de dezembro de 2014. Esse aumento, de R\$ 42,9 milhões ou 35,66%, decorreu substancialmente do aumento do saldo de empréstimos e financiamentos de longo prazo, no montante de R\$ 46,7 milhões, líquido de redução nos saldos de instrumentos financeiros derivativos e imposto de renda e contribuição social diferidos, nos montantes de R\$ 1,2 milhão e R\$ 3,8 milhões, respectivamente.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2015, o patrimônio líquido era de R\$ 380,3 milhões, em comparação com R\$ 330,2 milhões em 31 de dezembro de 2014. Essa variação, de R\$ 50,1 milhões ou 15,19%, deu-se substancialmente pela retenção de parte do lucro líquido apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, tendo em vista o orçamento de capital previsto para o ano de 2016.

Fluxo de Caixa

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado para os períodos indicados:

(em milhares de reais)	Exercício findo em 31 de dezembro de 2015	Período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	15.509	853
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(56.383)	(4.478)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(8.759)	75.908
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(49.633)	72.283

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R\$ 15,5 milhões em 2015, em comparação a R\$ 0,8 milhão no período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014. O aumento de R\$ 14,7 milhões na geração de caixa líquido é representado substancialmente pelo incremento no lucro antes dos impostos, no montante de R\$ 33,8 milhões, maior geração nas rubricas de depreciação e amortização, no montante de R\$ 8,8 milhões, contas a receber de clientes, no montante de R\$ 7,1 milhões, e fornecedores, no montante de R\$

21,6 milhões, compensados por maior aplicação de recursos em estoques, no montante de R\$ 27,5 milhões, tributos a recuperar, no montante de R\$ 16,2 milhões, e pagamento de imposto de renda e contribuição social, no montante de R\$ 15,8 milhões.

Fluxo de caixa das atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$ 56,4 milhões em 2015, em comparação a R\$ 4,5 milhões para o período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014. O aumento das aplicações em investimentos, no montante de R\$ 51,9 milhões, é representado substancialmente por maiores aplicações de recursos no imobilizado relacionado às obras da nova planta de vacinas, obras de expansão na fábrica de vacinas contra febre aftosa e climatização dos nossos armazéns em Cravinhos, e intangíveis relacionados ao desenvolvimento de produtos. Adicionalmente, o incremento também foi impactado por menor recuperação de valores em vendas de imobilizados e pela não existência em 2016 da incorporação de saldo de caixa e equivalente de caixa de investimentos.

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 8,8 milhões em 2015, representado substancialmente pelo pagamento líquido de empréstimos, no montante de R\$ 15,7 milhões, e pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 12,9 milhões, compensados pela realização de instrumentos financeiros derivativos, no montante de R\$ 19,9 milhões. O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento totalizou R\$ 75,9 milhões para o período compreendido entre 10 de abril e 31 de dezembro de 2014. Esse valor é representado substancialmente pelo aumento do capital social no montante de R\$ 106,4 milhões, em decorrência da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia, incluindo a emissão de ações no âmbito do lote suplementar, compensado pelos custos de captação no montante de R\$ 6,3 milhões, pela obtenção líquida de empréstimos e financiamentos, no montante de R\$ 0,2 milhão, e pelo pagamento de mútuo com partes relacionadas, no montante de R\$ 24,0 milhões.

10.2 - Comentários dos Diretores a respeito do resultado operacional e financeiro

Tendo em vista que a Companhia foi constituída em 10 de abril de 2014, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 possuem informações comparativas que não refletem de modo adequado e completo o desempenho histórico da Companhia e de suas controladas. Nesse contexto, a Administração optou por apresentar no item 10.9 deste Formulário de Referência informações a respeito do resultado operacional e financeiro da Companhia derivadas das demonstrações financeiras combinadas-consolidadas das controladas da Companhia para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, as quais apresentam, para fins comparativos, as demonstrações financeiras combinadas-consolidadas *pro-forma* do exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Introdução do Segmento de Saúde Animal

Conforme descrito no item 6.5 deste Formulário de Referência, em 30 de junho de 2014, em decorrência da cisão parcial da Ouro Fino Participações, foram introduzidos os seguintes segmentos operacionais geradores de caixa para a Companhia :

Animais de Produção: Compreende a fabricação e comercialização no mercado interno de medicamentos, vacinas e outros produtos veterinários para animais de produção, que consistem em: (i) ruminantes (bovinos, equinos, ovinos e caprinos); (ii) aves; e (iii) suínos. Este segmento também compreende a prestação de serviços de industrialização para outras empresas do setor.

Animais de Companhia: Compreende a fabricação e comercialização no mercado nacional de medicamentos e outros produtos veterinários para animais de companhia, que consistem em: (i) cães; e (ii) gatos.

Operações Internacionais: Compreende a fabricação e comercialização de medicamentos, vacinas e outros produtos veterinários para Animais de Produção para o mercado externo.

Para maiores informações acerca dos nossos segmentos de atuação, ver item 7 deste Formulário de Referência.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 15 de setembro de 2015, a controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. adquiriu a totalidade das ações representativas do capital social da Bracol Agronegócio S.A.S. (“**Bracol**”), uma antiga distribuidora da Companhia sediada na Colômbia, pelo valor de R\$ 387 mil. Como resultado da aquisição, o Grupo espera expandir sua participação no mercado colombiano, em linha com seu planejamento estratégico de crescimento na América Latina.

O ágio (Goodwill) de R\$ 618 mil, que surge da aquisição, é atribuível à previsão de rentabilidade futura na investida. De acordo com a legislação atual, não se espera que o ágio registrado seja dedutível para fins de imposto de renda.

(c) eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia informam que não houve, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e no período compreendido entre 10 de abril (data de sua constituição) e 31 de dezembro de 2014, quaisquer eventos ou operações não usuais relacionados à Companhia e suas controladas ou suas atividades que tenham causado ou espera-se que venham a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não houve mudanças nas práticas contábeis que provoquem efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

No período compreendido entre 10 de abril (data de sua constituição) e 31 de dezembro de 2014, novas normas e revisões dos CPCs/IFRS entraram em vigor e foram adotadas pela Companhia e suas controladas, quando aplicável. Dessas normas, a única relevante para a Companhia e suas controladas foi a revisão do CPC 07 – “Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Separadas”. Tal norma tem por objetivo alterar a redação do CPC 35 – “Demonstrações Separadas” para incorporar as modificações efetuadas pelo IASB no IAS 27 – *Separate Financial Statements*, que passam a permitir a adoção do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, alinhando, dessa forma, as práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade.

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não existem efeitos significativos de alterações em práticas contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e para o período compreendido entre 10 de abril (data de sua constituição) e 31 de dezembro de 2014.

(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os pareceres dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e ao período compreendido entre 10 de abril (data de sua constituição) e 31 de dezembro de 2014 foram emitidos sem ressalvas.

10.5 - Comentários dos Diretores a respeito das políticas contábeis críticas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

Valor justo de instrumentos financeiros derivativos

O valor justo de instrumentos financeiros derivativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (impairment)

O *impairment* é estabelecido quando existe uma evidência objetiva de que as empresas não serão capazes de receber todos os valores a elas devidos. A provisão é calculada em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e as respectivas garantias.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, calculados sobre prejuízos fiscais e bases negativas, foram contabilizados com base em expectativa de realização futura, baseada em projeções de resultados preparadas pela administração, que consideram o desenvolvimento normal dos negócios e mercados de atuação, de acordo com os cenários atualmente conhecidos.

Revisão da vida útil do imobilizado

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades do Grupo é avaliada quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil desses ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são partes em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas prováveis dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

Valor justo do plano de outorga de opções de compra de ações

O valor justo atribuído às opções outorgadas é determinado com base no modelo de precificação Black-Scholes-Merton, modelo este que leva em consideração o valor do ativo objeto, o preço de

exercício, o tempo a decorrer até o exercício das opções, a probabilidade da opção ser exercida, a volatilidade histórica, a taxa de dividendos e a taxa de juros livre de risco.

Perda (*impairment*) do ativo intangível

Anualmente, o Grupo avalia a recuperabilidade (*impairment*) dos saldos de desenvolvimento de produtos no intangível, sempre que praticável por meio do método de fluxo de caixa descontado, considerando, dentre outros aspectos:

- premissas de geração futura de receitas, fundamentadas nos tamanhos dos mercados (atual e previsto) e na participação de mercado que o Grupo espera atingir;
- estimativas dos custos diretos e indiretos de fabricação; e
- gastos associados a comercialização, tais como despesas de marketing, comissões e fretes e armazenagem.

O exercício das projeções abrange cinco ou mais anos, a partir da data estimada de lançamento, dependendo da estimativa do ciclo de vida do produto, desenvolvimento de mercado e grau de inovação tecnológica associada. O registro de provisões é feito quando o valor de recuperação (valor presente líquido do fluxo de caixa) é inferior ao valor do ativo registrado.

10.6 – Comentários dos Diretores acerca dos itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

(i) *arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos*

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, passíveis de gerar um efeito relevante, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2015.

(ii) *carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos*

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantinha riscos e responsabilidades não evidenciadas nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2015.

(iii) *contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços*

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, passíveis de gerar um efeito relevante, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2015.

(iv) *contratos de construção não terminada*

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existia construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2015.

(v) *contratos de recebimentos futuros de financiamentos*

Os Diretores da Companhia esclarecem que foi firmado, em 18 de dezembro de 2014, um contrato de financiamento com a FINEP no valor de R\$ 106,9 milhões, dos quais R\$ 64,2 milhões ainda a serem desembolsados.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não existem outros itens relevantes que não estejam evidenciados em nossas demonstrações financeiras.

10.7 – Comentários dos Diretores sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

(b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

10.8 – Comentários dos Diretores sobre o plano de negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os Diretores informam que, no exercício social de 2016, a Companhia pretende efetuar investimentos no montante aproximado de R\$ 60,9 milhões, os quais serão destinados: (i) à construção da nova fábrica para produção de vacinas; (ii) à aquisição de equipamentos e realização de melhorias e expansões nas unidades produtivas atuais; (iii) ao desenvolvimento de novos produtos; e (iv) a novos módulos e funcionalidades do sistema de gestão SAP.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os Diretores esclarecem que os investimentos serão financiados principalmente por meio de recursos próprios e de agências de financiamento, como a FINEP e BNDES.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previstos.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

(c) novos produtos e serviços (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Tendo em vista o mercado altamente tecnológico em que esta inserida, a Companhia está permanentemente envolvida em projetos de pesquisa e desenvolvimento de diversos tipos de produtos para saúde animal, tanto na categoria de terapêuticos como de biológicos. Nos últimos 3 anos, a Companhia e suas controladas investiram aproximadamente 6% de sua receita líquida em atividades de pesquisa e desenvolvimento, correspondentes a cerca de R\$ 86 milhões. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram lançados 9 novos produtos.

10.9 – Outros fatores com influência relevante

Conforme informado no item 10.1, e com o objetivo de possibilitar a análise histórica evolutiva do desempenho do negócio, a Administração optou por apresentar neste item 10.9, quando aplicável, informações derivadas das demonstrações financeiras combinadas-consolidadas das controladas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a qual apresenta, para fins de comparação, as demonstrações financeiras combinadas-consolidadas *pro forma* para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013. As informações *pro forma* relativas ao exercício de 2013 foram preparadas somente para ilustrar os impactos na demonstração do resultado combinado-consolidado da Companhia do compartilhamento de despesas de serviços administrativos entre suas controladas e outras sociedades sob controle comum, adotado em 2014, caso tal compartilhamento tivesse também ocorrido no exercício de 2013.

As informações financeiras apresentadas nesta seção do Formulário de Referência também foram ajustadas para melhor refletir o lucro líquido das operações continuadas, ajustado por eventos extraordinários, em especial, em 2014, para considerar despesas da controladora, não incluídas no combinado, e para desconsiderar despesas relacionadas ao processo de abertura de capital, consideradas como extraordinárias.

As demonstrações financeiras combinadas-consolidadas *pro forma* de 2013 derivam das demonstrações financeiras combinadas-consolidadas, que por sua vez foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As demonstrações financeiras combinadas-consolidadas e as demonstrações financeiras combinadas-consolidadas *pro forma* não devem ser utilizadas isoladamente para a tomada de qualquer decisão de investimento na Companhia, pois não são indicativas de resultados que teriam ocorrido se os negócios tivessem sido conduzidos como uma única unidade de negócio durante os períodos apresentados e nem são necessariamente indicativas dos resultados consolidados futuros das operações ou da posição financeira consolidada da Companhia.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

(a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia nesta data são suficientes dar continuidade ao seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo. Sua geração de caixa, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócio.

Em 31 de dezembro de 2015, o índice de endividamento total era de 0,82, representado por passivo circulante acrescido de passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido. A posição de caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$ 23.380 mil e a dívida líquida bancária totalizou R\$ 192.669 mil, com um índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido de 0,51. Em 31 de dezembro de 2014, o índice de endividamento total era de 0,90. A posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 72.453 mil e a dívida líquida bancária totalizava R\$ 134.000 mil, com um índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido de 0,41.

(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

Acreditamos que a atual estrutura de capital da Companhia apresenta baixo nível de alavancagem. A relação entre dívida líquida (empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes líquidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa e de instrumentos financeiros derivativos) e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2015 era de 0,51 (0,41 em 31 de dezembro de 2014 e 0,87 em 31 de dezembro de 2013). A tabela a seguir apresenta a estrutura do endividamento da Companhia nas datas indicadas:

(em milhares de reais, exceto quando indicado)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2015	2014	2013
Empréstimos e financiamentos de curto prazo	57.260	103.093	53.728
Empréstimos e financiamentos de longo prazo	159.227	112.560	172.285
Total de empréstimos e financiamentos	216.487	215.653	226.013
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	(438)	(9.200)	(4.769)
Caixa e equivalentes de caixa	(23.380)	(72.453)	(38.423)
(=) Dívida líquida	192.669	134.000	182.821
Patrimônio líquido	380.309	330.157	209.420
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido	0,51	0,41	0,87

A Companhia apresentava, em 31 de dezembro de 2015, uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, na proporção apresentada na tabela abaixo. Na visão da Diretoria, essa estrutura pouco alavancada será alterada em decorrência da execução do seu plano de negócios.

(em milhares de reais, exceto quando indicado)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2015	2014	2013
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	313.062	297.104	329.261
Capital próprio (patrimônio líquido)	380.309	330.157	209.420
Capital total (terceiros + próprio)	693.371	627.261	538.681
Parcela de capital de terceiros	45,15%	47,37%	61,12%
Parcela de capital próprio	54,85%	52,63%	38,88%

(c) comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Vide item 10.1 deste Formulário de Referência.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.

Vide item 10.1 deste Formulário de Referência.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Vide item 10.1 deste Formulário de Referência.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Vide item 10.1 deste Formulário de Referência.

(g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Vide item 10.1 deste Formulário de Referência.

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Apresentamos, abaixo, a comparação da demonstração de resultado e balanços patrimoniais combinados-consolidados.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Demonstração do Resultado

(em R\$ milhares, exceto quando indicado)	2015	AV (%)	2014	AV (%)	AH 2015/2014 (%)
Operações continuadas					
Receitas líquidas das vendas	534.045	100,00%	432.241	100,00%	23,55%
Custos das vendas	(236.684)	-44,32%	(171.930)	-39,78%	37,66%
Lucro bruto	297.361	55,68%	260.311	60,22%	14,23%
Despesas com vendas	(161.618)	-30,26%	(146.676)	-33,93%	10,19%
Despesas gerais e administrativas	(39.882)	-7,47%	(33.135)	-7,67%	20,36%
Outras receitas, líquidas	2.041	0,38%	211	0,05%	867,30%
Resultado financeiro	(10.635)	-1,99%	(11.443)	-2,65%	-7,06%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	87.267	16,34%	69.268	16,03%	25,98%
Imposto de renda e contribuição social	(18.060)	-3,38%	(15.058)	-3,48%	19,94%
Lucro do exercício das operações continuadas	69.207	12,96%	54.210	12,54%	27,66%

Receita líquida

A receita líquida foi de R\$ 534,0 milhões em 2015, em comparação com R\$ 432,2 milhões em 2014, o que representou um aumento de R\$ 101,8 milhões ou 23,55%. Esse aumento, em termos absolutos, é atribuído aos segmentos de Animais de Produção, no montante de R\$ 89,5 milhões, de Animais de Companhia, no montante de R\$ 3,1 milhões, e de Operações Internacionais, no montante de R\$ 9,2 milhões.

Animais de Produção

Esse segmento representa a fabricação e comercialização no mercado interno de medicamentos, vacinas e outros produtos veterinários para animais de produção (ruminantes, que compreendem bovinos, equinos e outros), aves e suínos e prestação de serviços de industrialização para outras empresas do setor.

O crescimento de 25,85% apresentado no segmento é decorrente do aumento da receita líquida, de R\$ 346,2 milhões em 2014 para R\$ 435,7 milhões em 2015. Destacam-se, em 2015, a receita incremental, relativa ao lançamento de 7 novos produtos, o crescimento de vendas na atual linha

de produtos com ganho de share em várias classes terapêuticas, principalmente na linha de antiparasitários.

Animais de Companhia

Esse segmento representa a fabricação e comercialização no mercado nacional de medicamentos e outros produtos veterinários para animais de companhia (cães e gatos).

O crescimento de 5,23% é decorrente do aumento da receita líquida, de R\$ 59,3 milhões em 2014 para R\$ 62,4 milhões em 2015. O crescimento anual abaixo das performances históricas reflete principalmente a decisão da Companhia de antecipar o projeto “Ourofino Distribuidora Pet”, que fará atendimento direto aos petshops e clínicas das regiões sul e oeste da cidade de São Paulo, com vendas já no 1º trimestre de 2016.

Operações Internacionais

Esse segmento representa a fabricação e comercialização de medicamentos, vacinas e outros produtos veterinários para animais de produção (bovinos, aves e suínos, ovinos, equinos e caprinos) para o mercado externo, substancialmente para a América Latina.

O crescimento de 34,46% é decorrente do aumento da receita líquida, de R\$ 26,7 milhões em 2014 para R\$ 35,9 milhões em 2015. Esse crescimento deve-se substancialmente ao aumento das vendas da subsidiária do México, que cresceram 72,2% em pesos mexicanos em relação ao ano anterior, refletindo o resultado da ampliação da equipe com expansão da base de clientes. Destaca-se, ainda, a retomada das vendas na Colômbia, após a aquisição do antigo distribuidor local no mês de setembro de 2015.

Custo das vendas

O custo das vendas em 2015 foi de R\$ 236,7 milhões, contra R\$ 171,9 milhões em 2014, o que representou uma variação positiva de R\$ 64,7 milhões ou 37,66%.

O custo das vendas representou 44,32% e 39,78% da nossa receita líquida em 2015 e 2014, respectivamente. A redução da margem bruta nos períodos apresentados decorre, substancialmente, do não repasse integral aos preços dos aumentos de custos pela apreciação do dólar e pela inflação de 2015, da estratégia de priorização de ganho de share em alguns produtos, da comercialização de um mix menos favorável com maior participação de aves e suínos e por um pior cenário de preços das vacinas contra febre aftosa.

Lucro bruto

Nosso lucro bruto em 2015 foi de R\$ 297,4 milhões, em comparação com R\$ 260,3 milhões em 2014, o que representou um aumento de R\$ 37,0 milhões ou 14,23%.

Despesas operacionais

Em 2015, nossas despesas operacionais, que compreendem despesas com vendas, despesas gerais e administrativas e outras despesas, foram de R\$ 199,5 milhões, contra R\$ 179,6 milhões em 2014, o que representou um aumento de R\$ 19,9 milhões ou 11,06%. As despesas operacionais corresponderam a 37,35% e 41,55% do total da receita líquida em 2015 e 2014, respectivamente. Essa diluição reflete os esforços da Companhia para ter mais eficiência nas operações e reduzir gastos.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido apresentou uma despesa de R\$ 10,6 milhões em 2015 em comparação a uma despesa de R\$ 11,4 milhões em 2014. A redução de R\$ 0,8 milhão, ou 7,06%, decorre substancialmente da redução da dívida líquida média ao longo do ano em função do aporte de recursos do IPO realizado em outubro de 2014. O referido aporte, que foi utilizado parcialmente para liquidação das dívidas indexadas ao CDI, contribuiu para essa melhora do resultado financeiro.

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

Registramos lucro antes do imposto de renda e da contribuição social em 2015 de R\$ 87,3 milhões, contra R\$ 69,3 milhões em 2014, o que representa um aumento de R\$ 18,0 milhões. O lucro antes do imposto de renda e da contribuição social representou 16,34% e 16,03% de nossa receita líquida em 2015 em de 2014, respectivamente.

Impostos de renda e contribuição social

Em 2015, as despesas com imposto de renda e contribuição social, que compreendem os correntes e diferidos, totalizaram R\$ 18,1 milhões, contra R\$ 15,1 milhões em 2014.

Lucro líquido do período

Como resultado do acima mencionado, nosso lucro em 2015 foi de R\$ 69,2 milhões, contra R\$ 54,2 milhões em 2014.

Balço Patrimonial Consolidado

A tabela a seguir apresenta os valores relativos aos balanços patrimoniais nas datas indicadas:

Ativo

(em milhares de reais, exceto quando indicado)	2015	AV (%)	2014	AV (%)	AH 2014/2013 (%)
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	23.380	3,37%	72.453	11,55%	-67,73%
Contas a receber de clientes	225.740	32,56%	178.111	28,40%	26,74%
Instrumentos financeiros derivativos	22	0,00%	10.376	1,65%	-99,79%
Estoques	109.263	15,76%	86.848	13,85%	25,81%
Tributos a recuperar	8.491	1,22%	9.391	1,50%	-9,58%
Partes relacionadas	1.870	0,27%	998	0,16%	87,37%
Outros ativos	9.611	1,39%	7.439	1,19%	29,20%
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Instrumentos financeiros derivativos	1.713			0,00%	
Tributos a recuperar	32.322	4,66%	22.529	3,59%	43,47%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.558	0,80%	1.920	0,31%	189,48%
Outros ativos	2.616	0,38%	261	0,04%	902,30%
Intangível	78.690	11,35%	66.300	10,57%	18,69%
Imobilizado	194.095	27,99%	170.635	27,20%	13,75%
Total do ativo	693.371	100,00%	627.261	100,00%	10,54%

Passivo e Patrimônio Líquido

(em milhares de reais, exceto quando indicado)	2015	AV (%)	2014	AV (%)	AH 2014/2013 (%)
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	29.450	4,25%	22.390	3,57%	31,53%
Instrumentos financeiros derivativos	1.297	0,19%	12	0,00%	10708,33%
Empréstimos e financiamentos	57.260	8,26%	103.093	16,44%	-44,46%
Salários e encargos sociais	24.333	3,51%	24.912	3,97%	-2,32%
Tributos a recolher	6.585	0,95%	5.638	0,90%	16,80%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	1.873	0,27%	763	0,12%	145,48%
Dividendos e juros sobre o capital próprio	16.433	2,37%	8.959	1,43%	83,42%
Comissões sobre as vendas	7.313	1,05%	5.669	0,90%	29,00%
Outros passivos	5.450	0,79%	5.468	0,87%	-0,33%
Não circulante					
Instrumentos financeiros derivativos			1.164	0,19%	-100,00%
Empréstimos e financiamentos	159.227	22,96%	112.560	17,94%	41,46%
Provisão para contingências	3.841	0,55%	2.664	0,42%	44,18%
Imposto de renda e contribuição social diferidos			3.812	0,61%	-100,00%
Total do passivo	313.062	45,15%	297.104	47,37%	5,37%
Patrimônio líquido	380.181	54,83%	330.069	52,62%	15,18%
Participação dos não controladores	128	0,02%	88	0,01%	45,45%
Total do patrimônio líquido	380.309	54,85%	330.157	52,63%	15,19%
Total do passivo e patrimônio líquido	693.371	100,00%	627.261	100,00%	10,54%

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2015, o ativo circulante era de R\$ 378,4 milhões, em comparação com R\$ 365,6 milhões em 31 de dezembro de 2014. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 54,57% em 31 de dezembro de 2015 e 58,29% em 31 de dezembro de 2014. Esse aumento, de R\$ 12,8 milhões ou 3,49%, decorreu substancialmente do efeito líquido do aumento do saldo de contas a receber de clientes, no valor de R\$ 47,6 milhões, e aumento do saldo de estoques, no montante de R\$ 22,4 milhões, compensados pela redução do caixa e equivalentes de caixa, no valor de R\$ 49,0 milhões, e redução de instrumentos financeiros derivativos, no valor de R\$ 10,3 milhões.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2015, o ativo não circulante era de R\$ 315,0 milhões, em comparação com R\$ 261,6 milhões em 31 de dezembro de 2014. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 45,43% em 31 de dezembro de 2015 e 41,71% em 31 de dezembro de 2014. Esse aumento, de R\$ 53,3 milhões ou 20,39%, decorreu substancialmente de adições no intangível e imobilizado, líquidos da depreciação, e acréscimo em todas as demais rubricas. Os investimentos no intangível são, substancialmente, referentes a desenvolvimentos de novos produtos, e no imobilizado, substancialmente, relativos às obras da nova planta de vacinas.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2015, o passivo circulante era de R\$ 150,0 milhões, em comparação com R\$ 176,9 milhões em 31 de dezembro de 2014. Em relação ao total do passivo e patrimônio

líquido, o passivo circulante era de 21,63% em 31 de dezembro de 2015 e 28,20% em 31 de dezembro de 2014. Essa redução, de R\$ 26,9 milhões ou 15,21%, decorreu substancialmente da diminuição do saldo de empréstimos e financiamentos de curto prazo, no valor de R\$ 45,8 milhões, compensada pelo aumento no saldo de fornecedores e dividendos e juros sobre o capital próprio, nos montantes de R\$ 7,6 milhões e R\$ 7,5 milhões, respectivamente.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2015, o passivo não circulante era de R\$ 163,1 milhões, em comparação com R\$ 120,2 milhões em 31 de dezembro de 2014. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 23,52% em 31 de dezembro de 2015 e 19,16% em 31 de dezembro de 2014. Esse aumento, de R\$ 42,9 milhões ou 35,66%, decorreu substancialmente do aumento do saldo de empréstimos e financiamentos de longo prazo, no montante de R\$ 46,7 milhões, líquido de redução nos saldos de instrumentos financeiros derivativos e imposto de renda e contribuição social diferidos, nos montantes de R\$ 1,2 milhão e R\$ 3,8 milhões, respectivamente.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2015, o patrimônio líquido era de R\$ 380,3 milhões, em comparação com R\$ 330,2 milhões em 31 de dezembro de 2014. Essa variação, de R\$ 50,1 milhões ou 15,19%, deu-se substancialmente pela retenção de parte do lucro líquido apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, tendo em vista o orçamento de capital previsto para o ano de 2016.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (*PRO FORMA*)

Demonstração do Resultado

Conforme descrito acima, a fim de demonstrar os efeitos comparativos da implementação do centro de serviços compartilhados ocorrida em 30 de junho de 2014, foram preparadas demonstrações financeiras combinadas-consolidadas *pro forma* para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, em conformidade com a orientação técnica OCPC 06 - Apresentação de Informações Financeiras *pro forma*. Os efeitos do ajuste *pro forma* geraram redução das despesas com vendas e despesas gerais e administrativas e complemento no imposto de renda e contribuição social, nos montantes de R\$ 1,1 milhão, R\$ 4,1 milhão e R\$ 1,8 milhão, respectivamente.

A tabela a seguir apresenta os valores relativos à demonstração do resultado combinado-consolidado para os períodos indicados:

(em R\$ milhares, exceto quando indicado)	2014	AV (%)	2013 (Pro forma)	AV (%)	AH 2014/2013 (%)
Operações continuadas					
Receitas líquidas das vendas	432.241	100,00%	384.021	100,00%	12,56%
Custos das vendas	(171.930)	-39,78%	(149.098)	-38,83%	15,31%
Lucro bruto	260.311	60,22%	234.923	61,17%	10,81%
Despesas com vendas	(146.676)	-33,93%	(130.649)	-34,02%	12,27%
Despesas gerais e administrativas	(33.135)	-7,67%	(32.433)	-8,45%	2,16%
Outras receitas, líquidas	211	0,05%	11	0,00%	1818,18%
Resultado financeiro	(11.443)	-2,65%	(8.662)	-2,26%	32,11%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	69.268	16,03%	63.190	16,45%	9,62%
Imposto de renda e contribuição social	(15.058)	-3,48%	(5.870)	-1,53%	156,52%
Lucro do exercício das operações continuadas	54.210	12,54%	57.320	14,93%	-5,43%

Receita líquida

A receita líquida foi de R\$ 432,2 milhões em 2014, em comparação com R\$ 384,0 milhões em 2013, o que representou um aumento de R\$ 48,2 milhões ou 12,56%. Esse aumento, em termos absolutos, é atribuído aos segmentos de Animais de Produção, no montante de R\$ 30,8 milhões, de Animais de Companhia, no montante de R\$ 13,4 milhões, e de Operações Internacionais, no montante de R\$ 4,0 milhões.

Animais de Produção

Esse segmento representa a fabricação e comercialização no mercado interno de medicamentos, vacinas e outros produtos veterinários para animais de produção (ruminantes, que compreendem bovinos, equinos e outros), aves e suínos e prestação de serviços de industrialização para outras empresas do setor.

O crescimento de 9,77% apresentado no segmento é decorrente de um aumento da receita líquida de R\$ 315,4 milhões em 2013 para R\$ 346,2 milhões em 2014, refletindo a capacidade de crescimento da Companhia mesmo tendo ocorrido, a partir de maio, a suspensão temporária das vendas de produtos à base de avermectinas de longa ação (IN 13 do MAPA), que afetou o mercado como um todo. Em reação, a Companhia reposicionou produtos da linha em substituição aos inclusos na suspensão e ampliou seu portfólio em 7 novos produtos, lançados em sua maioria no final do segundo semestre.

Animais de Companhia

Esse segmento representa a fabricação e comercialização no mercado nacional de medicamentos e outros produtos veterinários para animais de companhia (cães e gatos).

O crescimento de 29,19% é decorrente de um aumento da receita líquida de R\$ 45,9 milhões em 2013 para R\$ 59,3 milhões em 2014, refletindo a estratégia bem-sucedida de expansão nesse segmento com enfoque na força de vendas e com o aumento dos pontos de venda, reforçados pelos lançamentos de novos produtos da linha de antiparasitários ao final de 2013 e ao final de 2014.

Operações Internacionais

Esse segmento representa a fabricação e comercialização de medicamentos, vacinas e outros produtos veterinários para animais de produção (bovinos, aves e suínos, ovinos, equinos e caprinos) para o mercado externo, substancialmente para a América Latina.

O crescimento de 17,6% é decorrente do aumento da receita líquida de R\$ 22,7 milhões em 2013 para R\$ 26,7 milhões em 2014, em função do aumento substancial das receitas para o México e Colômbia, em linha com a estratégia da Companhia.

Custo das vendas

O custo das vendas em 2014 foi de R\$ 171,9 milhões, contra R\$ 149,1 milhões em 2013, o que representou uma variação positiva de R\$ 22,8 milhões ou 15,31%.

O custo das vendas representou 39,78% e 38,83% da nossa receita líquida em 2014 e 2013, respectivamente. Esse aumento é atribuído substancialmente a um mix de produtos menos favorável no último exercício analisado culminando com o aumento do custo em relação às receitas líquidas das vendas.

Lucro bruto

Nosso lucro bruto em 2014 foi de R\$ 260,3 milhões, em comparação com R\$ 234,9 milhões em 2013, refletindo um aumento de R\$ 25,4 milhões ou 10,81%.

Despesas operacionais

Em 2014, nossas despesas operacionais, que compreendem despesas com vendas, despesas gerais e administrativas e outras despesas, foram de R\$ 179,6 milhões, contra R\$ 163,1 milhões em 2013, o que representou um aumento de R\$ 16,5 milhões ou 10,14%. Esse aumento no valor absoluto é atribuído principalmente às despesas com vendas, que estão em linha com o crescimento da receita líquida entre os períodos comparados. As despesas operacionais corresponderam a 41,55% e 42,46% do total da receita líquida em 2014 e 2013, respectivamente.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido apresentou uma despesa de R\$ 11,4 milhões em 2014 em comparação a uma despesa de R\$ 8,7 milhões em 2013. O aumento de R\$ 2,7 milhões, ou 32,11%, decorreu substancialmente do aumento das dívidas em CDI na composição total do endividamento (principalmente nos primeiros 9 meses), que passaram de 18% ao final de 2013 para 39% ao final de 2014. À maior representatividade dessas operações, somou-se um aumento médio de aproximadamente 3 pontos percentuais no CDI.

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

Como resultado do acima mencionado, registramos lucro antes do imposto de renda e da contribuição social em 2014 de R\$ 69,3 milhões, contra R\$ 63,2 milhões em 2013, o que representa um aumento de R\$ 6,1 milhões. O lucro antes do imposto de renda e da contribuição social representou 16,03% e 16,45% de nossa receita líquida em 2014 e 2013, respectivamente.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2014, as despesas com imposto de renda e contribuição social, que compreendem os correntes e diferidos, totalizaram R\$ 15,1 milhões, contra R\$ 5,9 milhões em 2013. As variações entre os períodos refletem o aproveitamento de prejuízo de operações descontinuadas nas operações continuadas em 2013.

Lucro do exercício das operações continuadas

Como resultado do acima mencionado, nosso lucro das operações continuadas em 2014 foi de R\$ 54,2 milhões contra R\$ 57,3 milhões em 2013, o que representou uma redução de R\$ 3,1 milhões.

Balanco Patrimonial Consolidado

A tabela a seguir apresenta os valores relativos aos balanços patrimoniais nas datas indicadas:

Ativo

(em milhares de reais, exceto quando indicado)	2014	AV (%)	2013	AV (%)	AH 2014/2013 (%)
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	72.453	11,55%	38.423	7,13%	88,57%
Contas a receber de clientes	178.111	28,40%	133.608	24,80%	33,31%
Instrumentos financeiros derivativos	10.376	1,65%	2.982	0,55%	247,95%
Estoques	86.848	13,85%	65.447	12,15%	32,70%
Tributos a recuperar	9.391	1,50%	10.138	1,88%	-7,37%
Partes relacionadas	998	0,16%			
Outros ativos	7.439	1,19%	8.389	1,56%	-11,32%
Ativos não circulantes mantidos para venda			19.494	3,62%	-100,00%
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber de clientes			1.596	0,30%	-100,00%
Instrumentos financeiros derivativos			2.833	0,53%	-100,00%
Tributos a recuperar	22.529	3,59%	24.878	4,62%	-9,44%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.920	0,31%	7.168	1,33%	-73,21%
Outros ativos	261	0,04%	1.898	0,35%	-86,25%
Intangível	66.300	10,57%	53.307	9,90%	24,37%
Imobilizado	170.635	27,20%	168.520	31,28%	1,26%
Total do ativo	627.261	100,00%	538.681	100,00%	16,44%

Passivo e Patrimônio Líquido

(em milhares de reais, exceto quando indicado)	2014	AV (%)	2013	AV (%)	AH 2014/2013 (%)
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	22.390	3,57%	16.108	2,99%	39,00%
Instrumentos financeiros derivativos	12	0,00%			
Empréstimos e financiamentos	103.093	16,44%	53.728	9,97%	91,88%
Salários e encargos sociais	24.912	3,97%	20.789	3,86%	19,83%
Tributos a recolher	5.638	0,90%	3.877	0,72%	45,42%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	763	0,12%	596	0,11%	28,02%
Dividendos e juros sobre o capital próprio	8.959	1,43%	3.565	0,66%	151,30%
Comissões sobre as vendas	5.669	0,90%	4.828	0,90%	17,42%
Outros passivos	5.468	0,87%	6.011	1,12%	-9,03%
Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para venda			965	0,18%	-100,00%
Não circulante					
Instrumentos financeiros derivativos	1.164	0,19%	1.046	0,19%	11,28%
Empréstimos e financiamentos	112.560	17,94%	172.285	31,98%	-34,67%
Provisão para contingências	2.664	0,42%	3.135	0,58%	-15,02%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.812	0,61%	4.431	0,82%	-13,97%
Partes relacionadas			37.897	7,04%	-100,00%
Total do passivo	297.104	47,37%	329.261	61,12%	-9,77%
Patrimônio líquido	330.069	52,62%	209.379	38,87%	57,64%
Participação dos não controladores	88	0,01%	41	0,01%	114,63%
Total do patrimônio líquido	330.157	52,63%	209.420	38,88%	57,65%
Total do passivo e patrimônio líquido	627.261	100,00%	538.681	100,00%	16,44%

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2014, o ativo circulante era de R\$ 365,6 milhões, em comparação com R\$ 278,5 milhões em 31 de dezembro de 2013. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 58,29% em 31 de dezembro de 2014 e 51,70% em 31 de dezembro de 2013. Esse aumento, de R\$ 87,1 milhões ou 31,29%, decorreu substancialmente do efeito líquido do aumento do caixa e equivalentes de caixa, no valor de R\$ 34,0 milhões, aumento do saldo de contas a receber e estoques, nos valores de R\$ 44,5 milhões e R\$ 21,4 milhões, respectivamente, e realização dos saldos de ativos não circulantes mantidos para venda das operações descontinuadas.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2014, o ativo não circulante era de R\$ 261,6 milhões, em comparação com R\$ 260,2 milhões em 31 de dezembro de 2013. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 41,71% em 31 de dezembro de 2014 e 48,30% em 31 de dezembro de 2013. Esse aumento, de R\$ 1,4 milhão ou 0,56%, decorreu substancialmente de adições no intangível e imobilizado, líquidos da depreciação, compensadas por redução em todas as demais rubricas do ativo não circulante. Os investimentos no intangível são, substancialmente, referentes a desenvolvimentos de novos produtos, e no imobilizado são, substancialmente, relativos às obras da nova planta de vacinas.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2014, o passivo circulante era de R\$ 176,9 milhões, em comparação com R\$ 110,5 milhões em 31 de dezembro de 2013. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 28,20% em 31 de dezembro de 2014 e 20,51% em 31 de dezembro de 2013. Esse crescimento, de R\$ 66,4 milhões ou 60,14%, decorreu substancialmente do aumento do saldo de fornecedores e empréstimos e financiamentos, nos valores de R\$ 6,3 milhões e R\$ 49,4 milhões, respectivamente, alinhados com os aumentos nos saldos de contas a receber e estoque.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2014, o passivo não circulante era de R\$ 120,2 milhões, em comparação com R\$ 218,8 milhões em 31 de dezembro de 2013. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 19,16% em 31 de dezembro de 2014 e 40,62% em 31 de dezembro de 2013. Essa redução, de R\$ 98,6 milhões ou 45,06%, decorreu substancialmente da liquidação de empréstimos e financiamentos e mútuo com partes relacionadas, nos montantes de R\$ 59,7 milhões e R\$ 37,9 milhões, respectivamente.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2014, o patrimônio líquido era de R\$ 330,1 milhões, em comparação com R\$ 209,4 milhões em 31 de dezembro de 2013. Essa variação, de R\$ 120,7 milhões ou 57,64%, deu-se substancialmente em razão do aumento de capital realizado com os recursos do IPO, aliado ao lucro líquido apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

Fluxo de Caixa

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa para os exercícios indicados:

(em milhares de reais)	2015	2014	2013
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	15.509	21.563	33.451
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(56.383)	(28.228)	(37.828)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(8.759)	40.802	26.563
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(49.633)	34.137	22.186

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R\$ 15,5 milhões em 2015, em comparação a R\$ 21,6 milhões em 2014. A redução de R\$ 6,0 milhões na geração de caixa líquido, ou 28,08%, é representada substancialmente por maior aplicação de caixa no contas a receber de clientes e tributos a recuperar, incremento de pagamento de imposto de renda e contribuição social, compensados pelo aumento do lucro líquido, e geração de recursos nos fornecedores.

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R\$ 21,6 milhões em 2014, em comparação a R\$ 33,5 milhões em 2013. A redução de R\$ 11,9 milhões na geração de caixa líquido, ou 35,54%, é representada por maior aplicação de caixa no contas a receber de clientes, estoques, fornecedores e tributos e taxas a recolher, compensados pelo aumento do lucro líquido, e geração de recursos nos tributos a recuperar.

Fluxo de caixa das atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$ 56,4 milhões em 2015, contra R\$ 28,2 milhões em 2014. O incremento de R\$ 28,1 milhões, ou 99,74%, decorreu substancialmente pelo efeito líquido das aquisições e alienações de ativo imobilizado, no montante de R\$ 26,4 milhões (em 2014, ocorreram alienações por conta da reestruturação descrita no item 6 deste Formulário de Referência).

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$ 28,2 milhões em 2014, contra R\$ 37,8 milhões em 2013. A redução de R\$ 9,6 milhões, ou 25,38%, decorreu substancialmente de mais vendas de imobilizado ocorridas durante o exercício de 2014 por conta da reestruturação ocorrida conforme item 6 deste Formulário de Referência.

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 8,8 milhões em 2015, representado substancialmente pela declaração de dividendos e juros sobre capital próprio no montante de R\$ 12,9 milhões, efeito líquido de obtenção e pagamento de empréstimos e financiamentos, no montante de R\$ 15,7 milhões, compensados pela realização de instrumentos financeiros derivativos, no montante de R\$ 19,8 milhões. O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento totalizou R\$ 40,8 milhões em 2014, representado substancialmente pelo recebimento de adiantamentos para futuro aumento de capital, no montante de R\$ 104,3 milhões, compensado pela declaração de dividendos e juros sobre capital próprio no montante de R\$ 25,0 milhões, pagamento líquido de empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 19,4 milhões e pagamento líquido de mútuo com partes relacionadas no montante de R\$ 19,1 milhões. O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento totalizou R\$ 26,6 milhões em 2013, representado substancialmente pela captação de empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 73,2 milhões, recebimento de adiantamentos para futuro aumento de capital no montante de R\$ 31,0 milhões, compensados pela declaração de dividendos e juros sobre capital próprio no montante de R\$ 35,7 milhões e pagamento de mútuo com partes relacionadas no montante de R\$ 10,2 milhões.

A seguir apresentamos os subitens da seção 10.2 com base nas demonstrações financeiras combinadas-consolidadas

(a) Resultados das operações do emissor

Os Diretores entendem que a base de sustentação das receitas da Companhia e suas controladas, e, conseqüentemente, de suas operações, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 foi a venda de medicamentos, vacinas e outros produtos veterinários para animais de produção (bovinos, suínos, aves, ovinos, equinos e caprinos) e animais de companhia (cães e gatos). As receitas são provenientes tanto do mercado interno, quanto de exportações, principalmente para a América Latina.

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de cambio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os fatores relevantes que influenciaram as variações nos resultados foram detalhados acima neste item, com base nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, as quais apresentam, para fins comparativos, as demonstrações financeiras combinadas-consolidadas dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, não havendo mudanças adicionais relevantes atribuíveis a modificações de preços, do câmbio, da inflação e da taxa de juros, além daquelas já explicitadas neste item.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro

Vide letra (b) acima.

ANEXO II

Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário

(Artigo 9º, parágrafo único, inciso III, da Instrução CVM 481)

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DA OURO FINO SAÚDE ANIMAL PARTICIPAÇÕES S.A.

O Comitê de Auditoria da OURO FINO SAÚDE ANIMAL PARTICIPAÇÕES S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, revisou as demonstrações financeiras individuais da Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas da Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Com base nos procedimentos efetuados, bem como nas informações prestadas pela Administração da Companhia e pelos seus Auditores Externos, PricewaterhouseCoopers, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pelo Conselho de Administração da Companhia.

Cravinhos, 17 de março de 2016.

Frederico Seabra de Carvalho
Membro do Comitê de Auditoria

Eduardo Scarpellini
Membro do Comitê de Auditoria

José Francisco Hintze Júnior
Membro do Comitê de Auditoria

ANEXO III

Proposta de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2015

(Artigo 9º, parágrafo único, inciso II, da Instrução CVM 481)

1 Informar o lucro líquido do exercício

A Companhia auferiu lucro líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 no valor de R\$ 69.192.349,44.

2 Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

A Administração da Companhia propõe a seguinte distribuição de dividendos, a partir do lucro líquido auferido no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a ser deliberada em Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 29 de abril de 2016 (“AGO”):

O montante global dos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos, no qual já se encontram imputados os juros sobre capital próprio, líquidos de Imposto de Renda Retido na Fonte (“IRRF”), será de **R\$ 16.433.182,99**, que corresponde a **R\$ 0,304643681 por ação**, conforme abaixo:

- (i) dividendos de **R\$ 12.131.148,46**, que correspondem a **R\$ 0,224891169 por ação**, sem retenção de IRRF; e
- (ii) ratificação da distribuição de juros sobre capital próprio, no montante bruto de R\$ 5.024.725,90, aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de dezembro de 2015, sobre a qual incidirá a retenção de R\$ 722.691,37 a título de IRRF, resultando no montante líquido de **R\$ 4.302.034,53**, que corresponde a **R\$ 0,079752513 por ação**.

3 Percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O montante global dos dividendos, no qual já se encontram imputados os juros sobre capital próprio acima mencionados, corresponde a 25,00% do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, após a constituição da reserva legal.

4 Montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não foi realizada ao longo do exercício de 2015 e não existe proposta de distribuição de dividendos com base em lucros de exercícios anteriores.

5 Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

(a) O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Em 31 de dezembro de 2015, o capital da Companhia era composto por 53.942.307 (cinquenta e três milhões, novecentas e quarenta e duas mil e trezentas e sete) ações ordinárias.

Dessa forma, conforme informado no item 2 acima, o montante global dos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos, no qual já se encontram imputados os juros sobre capital próprio, líquidos de IRRF, será de **R\$ 16.433.182,99**, que corresponde a **R\$ 0,304643681** por ação, sendo:

(ii) dividendos de **R\$ 12.131.148,46**, que correspondem a **R\$ 0,224891169 por ação**, sem retenção de IRRF; e

(iii) juros sobre capital próprio, no montante bruto de R\$ 5.024.725,90, aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de dezembro de 2015, sobre a qual incidirá a retenção de R\$ 722.691,37 a título de IRRF, resultando no montante líquido de **R\$ 4.302.034,53**, que corresponde a **R\$ 0,079752513** por ação.

(b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

O dividendo proposto e os juros sobre capital próprio serão pagos, em dinheiro, em até 10 (dez) dias após a data da realização da AGO.

(c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos e juros sobre capital próprio não estão sujeitos a atualização e juros.

(d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Os acionistas que farão jus ao complemento do dividendo mínimo obrigatório (isto é, o montante total do dividendo mínimo obrigatório menos os juros sobre capital próprio já declarados e imputados ao dividendo mínimo obrigatório) serão aqueles registrados como tal em 29 de abril de 2016, data da AGO, sendo que, a partir de 30 de abril de 2016, as ações da Companhia passarão a ser negociadas “*ex-dividendos*”.

Farão jus ao recebimento dos juros sobre capital próprio, por sua vez, os acionistas que eram titulares de ações em 21 de dezembro de 2015, data em que foi realizada a reunião do Conselho de Administração que aprovou sua distribuição.

6 Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

(a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Em reunião realizada em 21 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de juros sobre capital próprio no montante bruto de R\$ 5.024.725,90, com retenção de R\$ 722.691,37 a título de IRRF, resultando no montante líquido de R\$ 4.302.034,53, que corresponde a R\$ 0,079752513 por ação.

(b) Informar a data dos respectivos pagamentos

O pagamento dos juros sobre capital próprio deverá ser realizado em 10 (dez) dias contados de 29 de abril de 2016, data da AGO.

7 Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

	2015	2014	2013
Resultado líquido do exercício	R\$ 69.192.349,44	R\$ 37.719.336,66	Não aplicável
Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos	R\$ 16.433.182,99	R\$ 12.888.972,73	Não aplicável
Dividendos e juros sobre capital próprio referentes às ações ordinárias	R\$ 16.433.182,99	R\$ 12.888.972,73	Não aplicável
Dividendo e juros sobre capital próprio referentes às ações preferenciais	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

8 Havendo destinação de lucros à reserva legal

(a) Identificar o montante destinado à reserva legal

Nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, será destinado o montante de R\$ 3.459.617,47 para a reserva legal.

(b) **Detalhar a forma de cálculo da reserva legal**

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2015
Lucro líquido do exercício	R\$ 69.192.349,44
Percentual de destinação à Reserva Legal	5%
Montante destinado à Reserva Legal	R\$ 3.459.617,47

9 Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

- (a) **Descrever a forma de cálculo dos dividendos fixos ou mínimos**
- (b) **Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos**
- (c) **Informar se eventual parcela não paga é cumulativa**
- (d) **Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais**
- (e) **Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui ações preferenciais.

10 Em relação ao dividendo obrigatório

- (a) **Descrever a forma de cálculo prevista no Estatuto Social**

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 34 do estatuto social da Companhia, os acionistas têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

- (b) **Informar se ele está sendo pago integralmente**

O dividendo mínimo obrigatório previsto no estatuto social da Companhia está sendo pago integralmente, no montante de R\$ 16.433.182,99 (inclui os juros sobre o capital próprio computados no dividendo mínimo obrigatório, conforme mencionado acima).

- (c) **Informar o montante eventualmente retido**

Não aplicável, tendo em vista que a Administração da Companhia não está propondo a retenção do dividendo obrigatório.

11 Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia

- (a) **Informar o montante da retenção**

(b) **Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da Companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos**

(c) **Justificar a retenção dos dividendos**

Não aplicável, tendo em vista que não há proposta de retenção do dividendo obrigatório.

12 Destinação de resultado para reserva de contingências

(a) **Identificar o montante destinado à reserva**

(b) **Identificar a perda considerada provável e sua causa**

(c) **Explicar porque a perda foi considerada provável**

(d) **Justificar a constituição da reserva**

Não aplicável, tendo em vista que não há proposta de destinação de resultado para reserva de contingências.

13 Destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

(a) **Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**

(b) **Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

Não aplicável, tendo em vista que não há proposta de destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

14 Destinação de resultado para reservas estatutárias

(a) **Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**

(b) **Identificar o montante destinado à reserva**

(c) **Descrever como o montante foi calculado**

Não aplicável, tendo em vista que o estatuto social da Companhia não prevê a destinação de resultado para reservas estatutárias.

15 Retenção de lucros prevista em orçamento de capital

(a) **Identificar o montante da retenção**

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e a dedução do dividendo mínimo obrigatório, no montante de R\$ 48.576.857,61, será destinado à retenção de lucros com base em orçamento de capital.

(b) **Fornecer cópia do orçamento de capital**

A cópia da proposta do orçamento de capital encontra-se anexa à Proposta da Administração como **ANEXO IV**.

16 Destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

(a) **Informar o montante destinado à reserva**

(b) **Explicar a natureza da destinação**

Não aplicável, tendo em vista que não há proposta de destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

* * *

ANEXO IV

Orçamento de Capital

(Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481)

Senhores Acionistas,

Nos termos do artigo 196 da Lei 6404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”), e dando continuidade ao plano de crescimento e desenvolvimento da Companhia, a Administração propõe a retenção de parcela do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, após a constituição da reserva legal e a dedução do dividendo mínimo obrigatório, no montante de R\$ 48.576.857,61 (quarenta e oito milhões, quinhentos e setenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e sessenta e um centavos).

Os saldos incluídos nessa reserva de retenção de lucros serão utilizados, principalmente, na manutenção do plano de crescimento da Companhia no mercado local, no desenvolvimento da plataforma produtiva de novos produtos biológicos e biotecnológicos e expansão internacional em mercados-chave, como México e Colômbia.

Os recursos decorrentes da retenção de lucros ora proposta poderão ser utilizados durante os próximos 5 (cinco) exercícios sociais da Companhia, e conforme destinação que lhe der a Assembleia Geral de acionistas, nos termos do §1º do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Cravinhos, 29 de março de 2016.

Dolivar Coraucci Neto

CEO

Fábio Lopes Júnior

CFO

ANEXO V

Remuneração da Administração e dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2016

(Item “13. Remuneração dos administradores” do Formulário de Referência)

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração salarial possui como princípios, objetivos e diretrizes principais: (i) a aplicação de critérios uniformes e princípios éticos e técnicos de valorização e administração das diferentes estruturas funcionais da empresa; (ii) proporcionar uma remuneração competitiva; (iii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam o reconhecimento e a valorização da performance individual ou de grupos multifuncionais, no que se refere à remuneração variável dos diretores não estatutários; (iv) proporcionar uma remuneração que assegure a manutenção do poder aquisitivo dos membros da administração; e (v) assegurar a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da Companhia.

(b) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Os Conselheiros de Administração e Fiscais recebem uma remuneração fixa, conforme aprovada em assembleia geral da Companhia. Já os Diretores estatutários e não estatutários recebem, além da uma remuneração fixa, uma remuneração variável, podendo também ser beneficiários no âmbito do plano de outorga de opção de compra de ações da Companhia.

Além disso, os Conselheiros e os Diretores, inclusive os não estatutários, fazem jus a uma série de benefícios, dentre eles: (i) direito a cesta básica; (ii) assistência médica; (iii) assistência odontológica; (iv) seguro de vida; (v) plano de previdência privada; (vi) auxílio bolsa de estudo.

(ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A tabela abaixo apresenta a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total para os 3 últimos exercícios sociais:

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2015				
% em relação à remuneração total				
	Salário Base	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	100%
Diretoria	66%	17%	17%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	100%

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2014				
% em relação à remuneração total				
	Salário Base	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	100%
Diretoria	75%	25%	0%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	100%

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Nossa metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração está baseada, principalmente, nos seguintes elementos: (i) estudo de mercado para avaliação do cargo e respectiva remuneração e comparação com o mercado; (ii) índices oficiais de inflação e índices gerais de preços; e (iii) negociação com o sindicato da respectiva categoria profissional.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A principal razão que justifica a composição da remuneração paga aos nossos administradores é o incentivo para a melhoria de nossa gestão e a retenção de nossos executivos, visando ao ganho pelo compromisso de resultados de curto e longo prazo.

(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Atualmente a Companhia possui 1 (um) membro do Conselho de Administração e 1 (um) membro do Conselho Fiscal que não são remunerados pela Companhia.

Tais membros renunciaram ao direito ao recebimento de remuneração da Companhia.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os principais indicadores para a definição da remuneração variável dos Diretores estatutários e não estatutários, são os seguintes: (i) lucro líquido da Companhia; (ii) EBITDA da Companhia; (iii) receita líquida; (iv) redução de ciclo financeiro; e (v) metas individuais, baseadas no atingimento de resultados e metas pré-acordadas. As metas individuais devem ser específicas, mensuráveis, realistas e expressar o impacto final esperado pela organização do esforço empreendido por cada Diretor estatutário e não estatutário.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A parcela variável da remuneração dos diretores estatutários e não estatutários está vinculada ao desempenho da Companhia e ao atingimento das metas individuais dos respectivos diretores no período em questão, conforme descrito acima.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

O formato da remuneração acima descrita procura incentivar os colaboradores a buscar a melhor rentabilidade dos projetos desenvolvidos pela Companhia, de forma a alinhar os seus interesses com os da organização.

Em uma perspectiva de curto, médio e longo prazo, a Companhia busca obter tal alinhamento por meio de salários e pacotes de benefícios compatíveis com o mercado e do programa de participação nos resultados.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Diretores estatutários: a maior parte da remuneração fixa e variável dos diretores estatutários é suportada pelas controladas da Companhia, nos termos do Contrato de Rateio.

Diretores não estatutários: a remuneração fixa e variável dos diretores não estatutários é suportada pelas controladas da Companhia nos termos do Contrato de Rateio, exceto quando o diretor for alocado diretamente a uma única empresa de acordo com as funções exercidas.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/ 2016- Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,00	3,00	10,00
Nº de membros remunerados	4,00	2,00	2,00	8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	960.000,00	2.143.596,31	214.358,40	3.317.954,71
Benefícios direto e indireto	-	315.896,81	-	315.896,81
Participações em comitês	66.198,00	-	-	66.198,00
Outros	205.239,60	579.186,46	42.871,68	827.297,74
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos (INSS)	Encargos (INSS)	Encargos (INSS)	
Remuneração variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	1.429.064,21	-	1.429.064,21
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Pós-emprego				
Cessaçã o do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações, incluindo opções	-	595.205,21	-	-
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2016, o número de membros total do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2016, o número de membros total do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2016, o número de membros total do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2016, o número de membros total do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.

	decimais. Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2016, o número de membros remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "c") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2016, o número de membros remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "c") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2016, o número de membros remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "c") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2016, o número de membros remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "c") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.
Total da remuneração	1.231.437,60	5.062.949,00	257.230,08	6.551.616,68

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/ 2015 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,00	3,00	10,00
Nº de membros remunerados	3,00	2,00	2,00	7,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	560.000,00	1.942.884,28	120.000,00	2.622.884,28
Benefícios direto e indireto	0,00	241.104,23	-	241.104,23
Participações em comitês	60.000,00	-	-	60.000,00
Outros	124.000,00	51.962,77	24.000,00	199.962,77
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos (INSS)	Encargos (INSS)	Encargos (INSS)	Encargos (INSS)
Remuneração variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	798.057,09	-	798.057,09
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-

Baseada em ações, incluindo opções	-	514.671,17	-	514.671,17
Observação	<p>Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2016, o número de membros total do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.</p> <p>Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2016, o número de membros remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "c") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.</p>	<p>Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2016, o número de membros total do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.</p> <p>Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2016, o número de membros remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "c") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.</p>	<p>Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2016, o número de membros total do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.</p> <p>Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2016, o número de membros remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "c") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.</p>	<p>Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2016, o número de membros total do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.</p> <p>Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2016, o número de membros remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "c") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.</p>
Total da remuneração	744.000,00	3.453.544,04	144.000,00	4.436.679,54

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2014 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,00	3,00	10,00
Nº de membros remunerados	4,00	2,00	2,00	8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	284.000,00	1.153.238,40	60.000,00	1.497.238,40
Benefícios direto e indireto	12.973,46	113.420,10	-	126.393,56
Participações em comitês	-	-	-	-

Outros	50.301,32	28.710,63	12.000,00	91.011,95
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos (INSS)	Encargos (INSS)	Encargos (INSS)	Encargos (INSS)
Remuneração variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações, incluindo opções	-	-	-	-
Observação	<p>Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2016, o número de membros total do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.</p> <p>Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2016, o número de membros remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "c") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.</p>	<p>Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2016, o número de membros total do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.</p> <p>Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2016, o número de membros remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "c") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.</p>	<p>Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2016, o número de membros total do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.</p> <p>Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2016, o número de membros remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "c") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.</p>	<p>Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2016, o número de membros total do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.</p> <p>Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2016, o número de membros remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "c") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.</p>
Total da remuneração	347.094,78	1.295.369,13	72.000,00	1.714.643,91

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Prevista para 31/12/2016	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Numero total de membros	5,00	2,00	3,00	10,00
Número de membros remunerados	4,00	2,00	2,00	8,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	1.429.064,21	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	1.429.064,21	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	N/A	-	-

31/12/2015	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Numero total de membros	5,00	2,00	3,00	10,00
Número de membros remunerados	3,00	2,00	2,00	7,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de	-	-	-	-

remuneração – metas atingidas				
Valor efetivamente reconhecido	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	1.181.327,28	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	1.181.327,28	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	798.057,09	-	-

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

(a) termos e condições gerais

A Companhia aprovou seu plano de outorga de opção de compra de ações (“**Plano**”) em assembleia geral extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2014. O plano é administrado pelo Conselho de Administração, que tem amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano, incluindo: (a) a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de opções de compra de ações da Companhia, nos termos do Plano (“**Opções**”), e a solução de dúvidas de interpretação do Plano; (b) o estabelecimento de metas relacionadas ao desempenho dos administradores, empregados ou prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle (“**Pessoas Elegíveis**”), de forma a estabelecer critérios objetivos para a eleição dos beneficiários de outorgas de Opções, os quais podem ser administradores, empregados ou prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle (“**Beneficiários**”); (c) a eleição dos Beneficiários e a autorização para outorgar Opções em seu favor, estabelecendo todas as condições das Opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente; (d) a emissão de novas ações da Companhia dentro do limite do capital autorizado ou a autorização para alienação de ações em tesouraria para satisfazer o exercício de Opções outorgadas nos termos do Plano; e (e) a aprovação dos contratos de outorga de opção de compra de ações a serem celebrados entre a Companhia e cada um dos Beneficiários (“**Contratos de Opção**”), observadas as determinações do Plano.

A outorga de Opções nos termos do Plano é realizada mediante a celebração de Contratos de Opções, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração: (a) a quantidade de Opções objeto da outorga; (b) termos e condições para aquisição do direito ao exercício das Opções; (c) o prazo final para exercício das Opções; e (d) o preço a ser pago pelo Beneficiário à Companhia em contrapartida às ações que adquirir em decorrência do exercício de suas Opções (“**Preço de Exercício**”) e condições de pagamento.

O Plano entrou em vigor na data de sua aprovação pela assembleia geral extraordinária e permanecerá vigente por prazo indeterminado, podendo ser extinto, a qualquer tempo, por decisão de assembleia geral da Companhia, pela dissolução ou liquidação da Companhia, o que ocorrer primeiro. O término de vigência do Plano não afetará a eficácia das Opções ainda em vigor outorgadas com base nele.

(b) principais objetivos do plano

O Plano tem por objetivo permitir que as Pessoas Elegíveis, sujeito a determinadas condições, adquiram ações da Companhia, visando a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos das Pessoas Elegíveis; (c) possibilitar à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle atrair e manter a ela(s) vinculadas as Pessoas Elegíveis e incentivar a criação de valor para a Companhia; e (d) compartilhar riscos e ganhos de forma equitativa entre acionistas e administradores e empregados.

(c) forma como o plano contribui para esses objetivos

Ao possibilitar que os administradores, empregados e prestadores de serviços que prestem serviços à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle se tornem acionistas da Companhia em condições potencialmente diferenciadas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para comprometer-se efetivamente com a criação de valor e exerçam suas funções de maneira a integrar-se aos interesses dos acionistas, aos objetivos sociais e aos planos de crescimento da Companhia, assim maximizando seus lucros. O Plano estimula os Beneficiários, ainda, por meio do comprometimento de seus recursos próprios, a buscar a valorização imediata das ações de emissão da Companhia, sem, contudo, comprometer o crescimento e a valorização futura das ações, igualmente relevantes em face do modelo adotado. O modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores, empregados e prestadores de serviços, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das ações da Companhia.

(d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor

A Companhia possui uma política de valorização do mérito individual dos administradores, empregados e prestadores de serviços, com base no atingimento de metas operacionais e financeiras e no desempenho individual. O Plano constitui um instrumento incentivador do bom desempenho individual e do comprometimento com metas empresariais.

(e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O Plano alinha os interesses da Companhia, de seus administradores, de seus empregados e de seus prestadores de serviços na medida em que visa à otimização da gestão e a manutenção de seus principais executivos e empregados cujo comprometimento e dedicação no desenvolvimento de suas atribuições impactarão positivamente os resultados da Companhia no curto e longo prazo.

(f) número máximo de ações abrangidas

Nos termos do Plano, poderão ser conferidos direitos de aquisição/subscrição sobre um número de ações da Companhia que não exceda 1,5% das ações representativas do capital social total da Companhia, em bases totalmente diluídas, computando-se nesse cálculo todas as Opções já outorgadas nos termos do Plano, exercidas ou não, exceto aquelas que tenham sido extintas sem terem sido exercidas (e que voltarão a ficar disponíveis para novas outorgas), contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia. Se qualquer Opção for extinta ou cancelada sem ter sido integralmente exercida, as ações da Companhia vinculadas a tais Opções tornar-se-ão novamente disponíveis para futuras outorgas de Opções.

(g) número máximo de opções a serem outorgadas

Cada opção assegura ao Beneficiário o direito de adquirir uma ação ordinária da Companhia. Sendo assim, a quantidade de direitos outorgados está atrelada ao limite de diluição descrito no item "f" acima.

(h) condições de aquisição de ações

Anualmente, ou quando julgar conveniente, o Conselho de Administração aprovará a outorga de Opções, elegendo os Beneficiários em favor dos quais serão outorgadas Opções nos termos do Plano, fixando o Preço de Exercício das Opções e as condições de seu pagamento, estabelecendo os prazos e condições de exercício das Opções e impondo quaisquer outras condições relativas a tais Opções.

(i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Preço de Exercício das Opções outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Conselho de Administração, conforme o caso, com base na média da cotação das ações da Companhia na BM&FBOVESPA, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 últimos pregões que antecederem a outorga, corrigido monetariamente de acordo com o IGP-M.

(j) critérios para fixação do prazo de exercício

As Opções se tornarão exercíveis na medida em que os respectivos Beneficiários permanecerem continuamente vinculados como administradores, empregados ou prestadores de serviço da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, pelo período compreendido entre a data de outorga e as datas especificadas conforme segue: (a) 1/5 das Opções poderão ser exercidas após o 1º aniversário da data de outorga; (b) 1/5 das Opções poderão ser exercidas após o 2º aniversário da data de outorga; (c) 1/5 das Opções poderão ser exercidas após o 3º aniversário da data de outorga; (d) 1/5 das Opções poderão ser exercidas após o 4º aniversário da data de outorga; e (e) 1/5 das Opções poderão ser exercidas após o 5º aniversário da data de outorga.

As Opções não exercidas nos prazos e condições estipulados serão consideradas automaticamente extintas, sem direito a indenização, observado o prazo máximo de vigência das Opções, que será de quatro anos a partir do término do respectivo prazo de carência.

(k) forma de liquidação

O Preço de Exercício será pago pelo Beneficiário nas formas e prazos determinados pelo Conselho de Administração. Com o propósito de satisfazer o exercício das Opções, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração: (a) emitir novas ações dentro do limite do capital social autorizado da Companhia; ou (b) vender ações mantidas em tesouraria.

(l) restrições à transferência das ações

O Conselho de Administração poderá subordinar o exercício da Opção a determinadas condições, bem como impor restrições à transferência das ações da Companhia adquiridas com o exercício

das Opções, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas ações.

As Opções outorgadas nos termos do Plano são pessoais e intransferíveis, não podendo o Beneficiário, em hipótese alguma, ceder, transferir ou de qualquer modo alienar a quaisquer terceiros as Opções, nem os direitos e obrigações a elas inerentes.

(m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Conselho de Administração poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das Opções sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações da Companhia por parte dos Beneficiários.

O Conselho de Administração da Companhia e as sociedades envolvidas em operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão, cisão e incorporação de ações, poderão, a seu critério, desde que não haja prejuízo ao Beneficiário, determinar, sem prejuízo de outras medidas que decidirem por equidade: (a) a substituição das ações da Companhia objeto das Opções por ações, quotas ou outros valores mobiliários de emissão da sociedade sucessora da Companhia; (b) a antecipação da aquisição do direito ao exercício das Opções, de forma a assegurar a inclusão das ações da Companhia correspondentes na operação em questão; e/ou (c) o pagamento em dinheiro da quantia a que o Beneficiário faria jus nos termos do Plano.

Na hipótese da ocorrência de operação de reorganização societária, ou de qualquer outro tipo de operação, que implique alienação ou transferência, direta ou indireta, do controle da Companhia, o Beneficiário terá direito, a critério do Conselho de Administração, (a) à antecipação da aquisição do direito ao exercício de todas as suas Opções ou (b) ao pagamento em dinheiro da quantia a que o Beneficiário faria jus, nos termos do Plano, caso tais Opções fossem totalmente exercidas.

Caso o número, espécie e classe das ações da Companhia existentes na data da aprovação do Plano venham a ser alterados como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Conselho de Administração realizar o ajuste correspondente no número, espécie e classe das ações objeto das Opções outorgadas e seu respectivo Preço de Exercício, de forma a manter o equilíbrio das relações entre as partes, evitando distorções na aplicação do Plano.

(n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto abaixo.

Se, a qualquer tempo, o Beneficiário (a) desligar-se da Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego, renunciando ao seu cargo de administrador, ou rescindindo seu contrato de prestação de serviço: (i) as Opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e

(ii) as Opções já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de desligamento, após o que tais Opções restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (b) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão por justa causa, destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, ou rescindindo seu contrato de prestação de serviço por justa causa, todas as Opções já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (c) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão sem justa causa, destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador, ou rescindindo seu contrato de prestação de serviço: (i) as Opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) as Opções já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidas, no prazo de 30 dias contados da data do desligamento, após o que as mesmas restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (d) desligar-se da Companhia por aposentadoria normal ou invalidez permanente: (i) as Opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) as Opções já exercíveis de acordo com o Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidas no prazo de 30 dias contados da data do desligamento, após o que tais Opções restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (e) desligar-se da Companhia por falecimento: (i) as Opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) as Opções já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu falecimento, poderão ser exercidas pelos herdeiros e sucessores legais do Beneficiário, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do desligamento, após o que tais Opções restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização. Para exercício das Opções na hipótese (ii) acima, a Companhia deverá notificar os herdeiros e sucessores legais do Beneficiário.

Não obstante o disposto acima, o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, sempre que julgar que os interesses sociais serão melhor atendidos por tal medida, deixar de observar as regras estipuladas acima, conferindo tratamento diferenciado a determinado Beneficiário, desde que as novas disposições do Plano não causem impacto adverso ao Beneficiário.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Em 30 de dezembro de 2014, o Conselho de Administração aprovou os regulamentos e contratos de adesão ao Plano, bem como definiu os eleitos para a primeira outorga, que totalizou 809.135 Opções, distribuídas para 17 beneficiários, entre os quais 2 (dois) eram membros da diretoria estatutária da Companhia.

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2015	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	-	2
Número de membros remunerados	-	2
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	-	213.335
Data em que se tomarão exercíveis	-	20% em dezembro de 2016 20% em dezembro de 2017 20% em dezembro de 2018 20% em dezembro de 2019
Prazo máximo para exercício das opções	-	Dezembro de 2023
Prazo de restrição à transferência das ações	-	N.A.
Preço médio ponderado de exercício	-	R\$31,39
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	R\$2.788.291,06
Opções exercíveis		
Quantidade	-	53.334
Prazo máximo para exercício das opções	-	Dezembro de 2019
Prazo de restrição à transferência das ações	-	N.A.
Preço médio ponderado de exercício	-	R\$31,39
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	R\$9,65
Valor justo do total das opções no último dia do exercício	-	R\$514.671,17

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que não houve qualquer exercício de Opção pelos administradores da Companhia desde sua constituição, em 10 de abril de 2014.

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

(a) modelo de precificação

O valor justo atribuído às Opções outorgadas foi determinado com base no modelo de precificação Black-Scholes-Merton, modelo este que leva em consideração o valor do ativo objeto, o preço de exercício, o tempo a decorrer até o exercício das opções, a probabilidade da opção ser exercida, a volatilidade histórica, a taxa de dividendos e a taxa de juros livre de risco.

(b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

A tabela abaixo apresenta os dados e premissas utilizadas no modelo de precificação:

Encerramento do período de carência (vesting)	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019
Preço da ação na data da outorga	30,61	30,61	30,61	30,61	30,61
Preço estimado de exercício (<i>strike</i>)	33,45	35,41	37,46	39,35	41,38
Tempo de vida esperado (em anos)	3,0	4,0	5,0	6,0	7,0
Volatilidade esperada	26,20%	26,20%	26,20%	26,20%	26,20%
Taxa de juros livre de risco	12,80%	12,60%	12,40%	12,30%	12,20%

A taxa de dividendos esperada é de aproximadamente 1,2% ao ano. No entanto, as Opções têm dividendos protegidos, uma vez que o preço de exercício decresce de acordo com os dividendos distribuídos ao longo do tempo. Dessa forma, a taxa de dividendos utilizada no modelo de precificação foi de 0,0%.

(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Para levar em consideração a estimativa de exercício antecipado, foi utilizado o *Simplified Method*, uma vez que as Opções se encontram praticamente *at-the-money* na data de outorga. O *Simplified Method* considera a média entre (i) o momento que as Opções adquirem o direito de aquisição e (ii) o prazo máximo para o seu exercício.

(d) forma de determinação da volatilidade esperada

A volatilidade foi calculada através do retorno dos preços das ações de empresas comparáveis, utilizando como base cinco anos, ou o máximo disponível para cada empresa, retroativos para a data de outorga. O valor da volatilidade utilizada foi de 26,2%.

(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis detidas por administradores e conselheiros fiscais – por órgão

	Companhia	Ouro Saúde Animal Ltda.	Ouro Fino Agronegócio Ltda.	Ouro Fino Pet Ltda.	Ouro Fino México, S.A. de C.V.
Conselho de Administração	55%	0,000002%	0,000002%	0,000002%	3,6%
Diretoria	2,98%	0%	0%	0%	0%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%	0%

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

	Diretoria Estatutária
Número de membros	2,00
Número de membros remunerados	2,00
Nome do plano	Itaú Vida e Previdência S.A.
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	0
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	690.739,99
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	95.135,50
Possibilidade de resgate antecipado e condições	Sim*

* As condições de resgate estão contidas no plano contratado.

13.11 Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
	31/12/2015	31/12/ 2015	31/12/ 2015
Número de membros	2,00	5,00	3,00
Número de membros remunerados	2,00	3,00	2,00
Valor da maior remuneração (Reais)	1.015.781,88	240.000,00	60.000,00
Valor da menor remuneração (Reais)	927.102,48	240.000,00	60.000,00
Valor médio da remuneração (Reais) (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)	971.442,18	240.000,00	60.000,00

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não conta com mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Não aplicável, tendo em vista que não possuímos administradores ou membros do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos nossos controladores.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Os administradores e membros do conselho fiscal da Companhia não recebem qualquer remuneração em virtude de qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Remuneração prevista para o exercício social corrente 31/12/ 2016

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Sociedades controladas	3.249.155,90	-	-
Sociedades sob controle comum	-	2.596.016,64	144.000,00

Remuneração para o exercício social 31/12/ 2015

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Sociedades controladas	2.909.232,34	-	-
Sociedades sob controle comum	-	1.484.439,81	144.000,00

Remuneração para o exercício social 31/12/2014

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Sociedades controladas	1.250.396,13	-	-
Sociedades sob controle comum	-	878.484,11	120.000,00

13.16 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 13.

ANEXO VI

Parecer do Conselho Fiscal

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA OURO FINO SAÚDE ANIMAL PARTICIPAÇÕES S.A.

O Conselho Fiscal da Ouro Saúde Animal Participações S.A. (“Companhia”), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou as demonstrações financeiras individuais da Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A. que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas da Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A. e suas controladas que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

O Conselho Fiscal também examinou a demonstração do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), as quais foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 17 de março de 2016, e auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, cujo relatório foi emitido, sem ressalvas, em 18 de março de 2016.

Por fim, o Conselho Fiscal, examinou a proposta da Administração da Companhia com relação à distribuição do lucro líquido apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 e de orçamento de capital para o exercício social de 2016.

O Conselho Fiscal, tendo examinado as referidas demonstrações financeiras, e com base nas análises periódicas, nos esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia por meio do Relatório da Administração, bem como a proposta da Administração da Companhia com relação à distribuição do lucro líquido apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 e de orçamento de capital para o exercício social de 2016, e, ainda, valendo-se dos esclarecimentos prestados em reunião presencial com os auditores da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, e o parecer de auditoria apresentado sem ressalvas, é de opinião que as mesmas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, conforme os propósitos a que se destinam, e que as mesmas encontram-se em condições de serem apresentadas ao mercado e submetidas aos acionistas da Companhia, na Assembleia Geral Ordinária.

Portanto, em consonância com o disposto no artigo 163 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, o Conselho Fiscal opina favoravelmente pela aprovação das referidas demonstrações financeiras.

Cravinhos, 18 de março de 2016.

Hugo Saraiva Carvalho Júnior
Conselheiro Fiscal

Luiz Antonio Santos Baptista
Conselheiro Fiscal

César Augusto Campezo Neto
Conselheiro Fiscal

ANEXO VII

Composição da Administração e do Conselho Fiscal

(Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência)

12.5 / 12.6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de Nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões (%)
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					
Dolivar Coraucci Neto	23/07/1969	Pertence apenas à Diretoria	18/06/2014	3 anos	-
094.633.048-43	Engenheiro químico	10 – Diretor Presidente / Superintendente	18/06/2014	Sim	-
N/A					
Fábio Lopes Júnior	17/07/1976	Pertence apenas à Diretoria	18/06/2014	3 anos	-
252.784.768-42	Administrador de empresas	12 – Diretor de Relações com Investidores	18/06/2014	Sim	-
N/A					
Norival Bonamichi	02/02/1955	Conselho de Administração	29/04/2016	AGO 2018	2
263.572.166-15	Empresário	21 – Vice Presidente Cons. Administração	29/04/2016	Sim	100%
N/A					
Jardel Massari	04/04/1957	Conselho de Administração	29/04/2016	AGO 2018	2
263.940.816-04	Empresário	20 – Presidente do Conselho de Administração	29/04/2016	Sim	100%
N/A					

Nome	Data de Nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões (%)
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					
José Francisco Hintze Júnior	17/09/1951	Conselho de Administração	29/04/2016	AGO 2018	2
521.302.283-34	Médico Veterinário	27 – Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	29/04/2016	Não	100%
N/A					
Luiz Antônio Santos Baptista	07/06/1956	Conselho de Administração	29/04/2016	AGO 2018	-
467.551.367-00	Contador	27 – Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	29/04/2016	Não	-
N/A					
Martín Emiliano Escobari Lifchitz	03/12/1971	Conselho de Administração	29/04/2016	AGO 2018	2
217.201.918-67	Economista	27 – Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	29/04/2016	Não	100%
N/A					
Gustavo Tenorio Reis	21/10/1977	Conselho Fiscal	29/04/2016	AGO 2017	-
079.246.477-08	Contador	43 – C.F.(Efetivo)	29/04/2016	Sim	-
N/A					
José Paulo Marques Netto	21/10/1949	Conselho Fiscal	29/04/2016	AGO 2017	-
528.788.308-06	Contador	43 – C.F.(Efetivo)	29/04/2016	Sim	-

Nome	Data de Nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões (%)
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					
N/A					
César Augusto Campezo Neto	12/01/1959	Conselho Fiscal	29/04/2016	AGO 2017	2
980.271.158-68	Contabilista	43 – C.F.(Efetivo)	29/04/2016	Sim	100%
N/A					
Lucio dos Santos Faria	25/04/1972	Conselho Fiscal	29/04/2016	AGO 2017	2
122.383.208-22	Contador	46 – C.F.(Suplente)	29/04/2016	Sim	-
N/A					
Hugo Saraiva Carvalho Júnior	31/05/1974	Conselho Fiscal	29/04/2016	AGO 2017	2
022.105.867-20	Administrador	46 – C.F.(Suplente)	29/04/2016	Sim	100%
N/A					
Paulo César Lima	19/08/1968	Conselho Fiscal	29/04/2016	AGO 2017	2
099.601.838-74	Contador	46 – C.F.(Suplente)	29/04/2016	Sim	-
N/A					

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Dolivar Coraucci Neto - 094.633.048-43

Nascido em 1969, graduou-se em engenharia química pela Universidade Federal de Uberlândia, tendo cursado MBA em administração de empresas pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (USP), em Ribeirão Preto e mestrado em biotecnologia pela Université de Provence (Aix-Marseille I) e Universidade Federal do Paraná. Sócio do

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Grupo Ouro Fino e da Companhia, o Sr. Dolivar Coraucci Neto atua no Grupo Ouro Fino desde 1994, sendo responsável por toda a parte de estruturação operacional do Grupo Ouro Fino ao longo destes 20 anos de atuação, estando à frente das Operações Industriais, Garantia da Qualidade, Controle de Qualidade, Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, Registro, Supply Chain, Comércio Exterior, Recursos Humanos.

O Sr. Dolivar Coraucci Neto não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

Fábio Lopes Júnior - 252.784.768-42

Nascido em 1976, graduou-se em administração de empresas pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP). Diretor Financeiro do Grupo Ouro Fino desde 2002, o Sr. Fábio Lopes Júnior foi eleito Diretor de Relações com Investidores da Companhia desde 2014, atuando no planejamento estratégico e participando de todos os processos de mudança, crescimento e tomadas de decisões que impactam diretamente no resultado presente e futuro da empresa.

O Sr. Fábio Lopes Júnior não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

Norival Bonamichi - 263.572.166-15

Nascido em 1955, graduou-se como técnico em zootecnia no Colégio Agrícola Federal em Muzambinho, estado de Minas Gerais. O Sr. Norival Bonamichi é um dos fundadores do Grupo Ouro Fino, exercendo os cargos de Presidente do Grupo Ouro Fino até 2008 e Vice-Presidente do Conselho de Administração do Grupo Ouro Fino desde então, sendo eleito para o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia em 2014. Atuou também como supervisor de vendas da Socil Pró-Pecuária S.A. entre os anos de 1980 e 1985, gerente administrativo da Fazenda de José Pereira Martins Andrade Filho e da Fazenda de Rubens Lobato Pinheiro Dr. entre os anos de 1979 e 1980, gerente administrativo e supervisor de laticínios da Companhia Industrial e Comercial Brasileira de Produtos Alimentares (Nestlé), entre 1977 e 1979.

O Sr. Norival Bonamichi não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

Jardel Massari - 263.940.816-04

Nascido em 1957, graduou-se como técnico agropecuário no Colégio Agrícola Federal em Muzambinho, estado de Minas Gerais e em direito pela Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP), no estado de São Paulo. O Sr. Jardel Massari é um dos fundadores do Grupo Ouro Fino, exercendo os cargos de Presidente da Ouro Fino Agronegócio desde 2008, Vice-Presidente do Conselho de Administração do Grupo Ouro Fino desde 2011 e Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia desde 2014. Atuou também como técnico em climatologia do Instituto Agrônomo de Campinas entre 1976 e 1980 e como supervisor de vendas da Socil – Empresa Francesa de Nutrição Animal entre 1981 e 1985.

O Sr. Jardel Massari não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

José Francisco Hintze Júnior – 521.302.283-34

Nascido em 1951, graduou-se em medicina veterinária pela Universidade de São Paulo, em 1974. Entre 1975 e 2004, o Sr. José Francisco Hintze Júnior atuou na Pfizer Animal Health em São Paulo, tendo exercido o cargo de diretor administrativo em saúde animal da América do Sul e, entre 2004 e 2008, atuou como diretor sênior das áreas de projetos especiais, organização efetiva e progresso efetivo na Pfizer Inc. – Animal Health em Nova York. Recebeu certificado de conselheiro pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC em 2014.

O Sr. José Francisco Hintze Júnior não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. José Francisco Hintze Júnior é considerado membro independente com base no critério de independência definido pelo Regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros..

Luiz Antônio Santos Baptista - 467.551.367-00

Nascido em 1956, graduou-se em ciências contábeis pela Universidade Santa Úrsula, no Rio de Janeiro, tendo cursado administração financeira pela IBMEC/RJ, finanças corporativas pela FGV/RJ e MBA Executivo pela COPPEAD da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atuou durante 35 anos no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico – BNDES, em operações de participação acionária e financiamento. Membro efetivo do Conselho Fiscal do Grupo Ouro Fino desde 2013 e da Companhia desde 2014 até 2016, o Sr. Luiz Antonio Santos Baptista foi membro suplente do conselho de administração da Vale S.A. entre julho de 2004 a junho de 2005. Foi ainda membro do conselho de administração da Aços Villares entre julho de 2004 a junho de 2005 e da Nortec Química entre abril de 2012 até a presente data.

O Sr. Luiz Antônio Santos Baptista não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

Martín Emiliano Escobari Lifchitz – 217.201.918-67

Nascido em 1971, formou-se com honras em economia pela Harvard University em 1998, possui MBA com alta distinção da Harvard Business School, graduando-se como George F. Baker Scholar. Possui experiência profissional na empresa LPS Brasil Consultoria de Imóveis S.A (“LPS”), cuja atividade consiste em consultoria e intermediação imobiliária, tendo sido Membro do Conselho de Administração com a finalidade de fixar a orientação geral dos negócios da LPS. É co-fundador e exerceu as funções de Diretor Financeiro, Relações com Mercado e Novos Negócios no Submarino, empresa de varejo eletrônico. Anteriormente, foi sócio da Orange Assessoria Empresarial Ltda., uma boutique de investimentos. Trabalhou para o fundo de private equity GP Investimentos e no Boston Consulting Group, em Nova Iorque. Foi sócio da Advent International, onde ingressou em Maio de 2007. Atualmente é Diretor Geral da General Atlantic Representações Ltda.

O Sr. Martin Escobari Lifchitz não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Martin Escobari Lifchitz é considerado membro independente com base no critério de independência definido pelo Regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Valores, Mercadorias e Futuros..

Gustavo Tenorio Reis – 079.246.477-08

Nascido em 1977, graduou-se em economia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), tendo cursado MBA em finanças corporativas pelo IBMEC-RJ. O Sr. Gustavo Tenorio Reis exerce funções de gerência no BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico desde 2010, tendo atuado anteriormente na Petrobrás, no cargo de economista pleno, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no cargo de economista, na Embratel, no cargo de especialista econômico-financeiro, e na Fininvest, no cargo de analista econômico-financeiro sênior.

O Sr. Gustavo Tenorio Reis não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

José Paulo Marques Netto - 528.788.308-06

Nascido em 1949, é sócio aposentado da PricewaterhouseCoopers, onde trabalhou por mais de 40 anos, dos quais 22 anos como sócio ativo, encerrando sua carreira em julho de 2013. Durante esse período, trabalhou em, ou conduziu, diversos escritórios da PwC no Brasil, dentre eles os de São Paulo, Recife, Porto Alegre e Ribeirão Preto. Durante o período de 2008 a 2013, atuou como Country Geographic Leader do Equador. Possui Coach Executivo pela Universidade de Monterrey, México, e curso complementar na escola NewField, do Chile.

O Sr. José Paulo Marques Netto não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

César Augusto Campezo Neto - 980.271.158-68

Nascido em 1959, graduou-se em administração de empresas pela Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP) e em direito pela Universidade Paulista (UNIP), tendo cursado MBA em contabilidade na FUNDACE, da Universidade de São Paulo (USP) e direito pela Faculdade de Direito UNIP. Membro efetivo do Conselho Fiscal do Grupo Ouro Fino desde 2013 e da Companhia desde 2014, o Sr. César Augusto Campezo Neto é diretor da Campezo e Silveira Contabilidade & Associados e atuou como presidente da Associação das Empresas de Contabilidade de Ribeirão Preto e Região (AESCON-RP) nos biênios de 1999/2001 e 2003/2006, como diretor regional do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo (SESCON) no período entre 2002 a 2009, como conselheiro fiscal da COOPERAC Ribeirão Preto no período entre 2006 a 2011 e diretor operacional da SICOOB COOPERAC Ribeirão Preto desde julho de 2011.

O Sr. César Augusto Campezo Neto não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

Lucio dos Santos Faria - 122.383.208-22

Nascido em 1972, graduou-se em ciências contábeis pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Possui mais de 15 (quinze) anos de

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

experiência em auditoria, tendo realizado trabalhos em indústrias do setor alcooleiro, siderúrgicas, prestação de serviços e financeiro. Membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia desde 2014, o Sr. Lucio dos Santos Faria foi diretor da SI Investimentos, empresa que atua no setor financeiro e mercado de capitais, entre 2012 a 2014, e atualmente atua, desde 2008, como diretor da LDG – Auditoria Contábil e Gestão Empresarial, empresa que presta assessoria contábil e financeira.

O Sr. Lucio dos Santos Faria não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

Hugo Saraiva Carvalho Júnior - 022.105.867-200

Nascido em 1974, graduou-se em ciências contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tendo cursado MBA em finanças corporativas em 2002 e MBA em gestão de negócios em 2012, ambos pela IBMEC. Membro efetivo do Conselho Fiscal do Grupo Ouro Fino desde 2013 e da Companhia desde 2014 até 2016, o Sr. Hugo Saraiva Carvalho Junior exerce funções de gerência no BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico desde 2004, tendo atuado anteriormente na Companhia Vale do Rio Doce, no cargo de analista, no período entre 2003 e 2004, e na Deloitte Touche Tohmatsu, como gerente de auditoria, entre 1994 e 2003.

O Sr. Hugo Saraiva Carvalho Júnior não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

Paulo Cesar Lima - CPF 099.601.838-74

Nascido em 1968, graduou-se em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Econômicas de Ribeirão Preto (Instituição Moura Lacerda) em 1990. É membro atual do Ibracon e possui registro ativo no CRC e no CNAI (Cadastro Nacional de Auditores Independentes da CVM). Atuou por mais de 15 anos em grandes empresas de auditoria externa, das quais mais de 10 anos na PricewaterhouseCoopers (1996 a 2006). No período de 2006 a 2011, desempenhou funções de gerente de controladoria e diretor administrativo e financeiro nas empresas Cooperativa dos Agricultores da Região de Orlândia e Carol S.A., respectivamente. Em junho de 2011 fundou a empresa ValorUp Auditores Independentes, onde atua como sócio técnico até a presente data. Foi conselheiro fiscal da Cooperfértil - Cooperativa Central de Fertilizantes com sede em Campinas no período de 2008 a 2011.

O Sr. Paulo Cesar Lima não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

12.7 / 12.8 – Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo Comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Descrição comitês	outros	Descrição outros cargos ocupados	Data de nascimento	Data posse	Percentual de participação nas reuniões (%)
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações				
Frederico Seabra de Carvalho 770.806.101-68	Comitê de Auditoria		Membro do Comitê (Efetivo)	Economista	30/12/2014	-
				23/07/1975	30/12/2014	
			<p>Nascido em 1975, graduou-se em 1997 na Universidade de Brasília – UnB cursando Economia, e em 1998 na AEUDF cursando Direito. Posteriormente, concluiu em 2003 mestrado (LLM) em Direito Tributário na Boston University School of Law. Atualmente, trabalha na General Atlantic fornecendo expertise financeira para a GA e seu portfólio de empresas na América Latina. Previamente à sua entrada na GA em 2012, o Sr. Carvalho atuou como Chief Operating Officer na divisão de Merchant Banking do grupo BTG Pactual. O Sr. Carvalho foi também sócio do grupo de Transações de M&A da Deloitte em São Paulo, assessorando investidores de private equity e cliente estratégicos no Brasil em uma série de transações, reorganizações societários e serviços de auditoria.</p> <p>O Sr. Frederico Seabra de Carvalho não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.</p>			100%
Eduardo Scarpellini 138.583.208-89	Comitê de Auditoria		Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de Empresas	30/12/2014	-
				19/02/1971	30/12/2014	
			<p>Nascido em 1971, graduou-se em Administração de Empresas com Ênfase em Finanças pela Universidade Paulista em São Paulo e em Ciências Contábeis pela Universidade Moura Lacerda em Ribeirão Preto. O Sr. Eduardo possui sólida formação em negócios com experiência de mais de 20 anos nas áreas de consultoria e auditoria. Sua trajetória é principalmente marcada por atividades de planejamento estratégico, abertura de novos negócios e reorganização empresarial, com destaque para o setor do agronegócio. Desde 2003 é sócio fundador da Exame Auditores Independentes, empresa que se tornou referência nacional em processos de recuperação e reestruturação</p>			100%

empresarial. O Sr. Eduardo foi também Diretor Administrativo, Financeiro e Industrial da Sicad do Brasil Ltda. entre 2002 e 2003 e atuou como Gerente de Auditoria na Pricewaterhousecoopers entre os anos de 1995 e 2002. Adicionalmente, é profissional certificado como Técnico Responsável da Comissão de Valores Mobiliários, Certificado de Conselheiro Fiscal Titular pelo IBGC.

O Sr. Eduardo Scarpellini não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

José Francisco Hintze Júnior 521.302.238-34	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Médico Veterinário 17/09/1951	14/03/2016 14/03/2016	- 100%
<p>Nascido em 1951, graduou-se em medicina veterinária pela Universidade de São Paulo, em 1974. Entre 1975 e 2004, o Sr. José Francisco Hintze Júnior atuou na Pfizer Animal Health em São Paulo, tendo exercido o cargo de diretor administrativo em saúde animal da América do Sul e, entre 2004 e 2008, atuou como diretor sênior das áreas de projetos especiais, organização efetiva e progresso efetivo na Pfizer Inc. – Animal Health em Nova York. Recebeu certificado de conselheiro pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC em 2014.</p> <p>O Sr. José Francisco Hintze Júnior não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.</p>					
Norival Bonamichi 263.572.166-15	Comitê de Inovação	Membro do Comitê (Efetivo)	Empresário 02/02/1955	30/12/2014 30/12/2014	- 85,71%
Dolivar Coraucci Neto 094.633.048-43	Comitê de Inovação	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro Químico 23/07/1969	30/12/2014 30/12/2014	- 100%
Pedro Lichtinger 705.887.407-72	Comitê de Inovação	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro 23/06/1954	30/12/2014 30/12/2014	- 100%
Dolivar Coraucci Neto 094.633.048-43	Comitê de Recursos Humanos	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro Químico 23/07/1969	30/12/2014 30/12/2014	- 100%
Martín Emiliano Escobari Lifchitz 217.201.918-67	Comitê de Recursos Humanos	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista 03/12/1971	30/12/2014 30/12/2014	- 100%



12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionados a administradores do emissor, controladas e controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Os membros do nosso Conselho de Administração e os membros da nossa Diretoria não mantêm qualquer relação familiar entre si, com os membros da administração de nossas controladas, com nossos acionistas controladores ou com os membros da administração de nossas controladoras.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
---------------	----------	---	----------------------------

Cargo/Função

Exercício Social 31/12/2015

Administrador do Emissor

Norival Bonamichi Vice Presidente do Conselho de Administração e Controlador	263.572.166-15	Controle	Controlada Indireta
---	----------------	----------	---------------------

Pessoa Relacionada

Ouro Fino Saúde Animal Ltda.	57.624.462/0001-05
------------------------------	--------------------

Observação

Administrador do Emissor

Jardel Massari Presidente do Conselho de Administração e Controlador	263.940.816-04	Controle	Controlada Indireta
---	----------------	----------	---------------------

Pessoa Relacionada

Ouro Fino Saúde Animal Ltda.	57.624.462/0001-05
------------------------------	--------------------

Observação

Administrador do Emissor

Norival Bonamichi Vice Presidente do Conselho de Administração e Controlador	263.572.166-15	Controle	Controlada Indireta
---	----------------	----------	---------------------

Pessoa Relacionada

Ouro Fino Agronegócio Ltda.	05.480.599/0001-21
-----------------------------	--------------------

Observação

Administrador do Emissor

Jardel Massari	263.940.816-04	Controle	Controlada Indireta
----------------	----------------	----------	---------------------

Presidente do Conselho de
Administração e Controlador

Pessoa Relacionada

Ouro Fino Agronegócio Ltda.	05.480.599/0001- 21
-----------------------------	------------------------

Observação

Administrador do Emissor

Norival Bonamichi	263.572.166-15	Controle	Controlada Indireta
-------------------	----------------	----------	---------------------

Vice Presidente do Conselho de
Administração e Controlador

Pessoa Relacionada

Ouro Fino Pet Ltda.	07.380.067/0001- 48
---------------------	------------------------

Observação

Administrador do Emissor

Jardel Massari	263.940.816-04	Controle	Controlada Indireta
----------------	----------------	----------	---------------------

Presidente do Conselho de
Administração e Controlador

Pessoa Relacionada

Ouro Fino Pet Ltda.	07.380.067/0001- 48
---------------------	------------------------

Observação

Exercício Social 31/12/2014

Administrador do Emissor

Norival Bonamichi	263.572.166-15	Controle	Controlada Indireta
-------------------	----------------	----------	---------------------

Vice Presidente do Conselho de

Administração e Controlador

Pessoa Relacionada

Ouro Fino Saúde Animal Ltda. 57.624.462/0001-05

Observação

Administrador do Emissor

Jardel Massari 263.940.816-04 Controle Controlada Indireta
Presidente do Conselho de
Administração e Controlador

Pessoa Relacionada

Ouro Fino Saúde Animal Ltda. 57.624.462/0001-05

Observação

Administrador do Emissor

Norival Bonamichi 263.572.166-15 Controle Controlada Indireta
Vice Presidente do Conselho de
Administração e Controlador

Pessoa Relacionada

Ouro Fino Agronegócio Ltda. 05.480.599/0001-21

Observação

Administrador do Emissor

Jardel Massari 263.940.816-04 Controle Controlada Indireta
Presidente do Conselho de
Administração e Controlador

Pessoa Relacionada

Ouro Fino Agronegócio Ltda. 05.480.599/0001-21

Observação

Administrador do Emissor

Norival Bonamichi	263.572.166-15	Controle	Controlada Indireta
-------------------	----------------	----------	---------------------

Vice Presidente do Conselho de
Administração e Controlador

Pessoa Relacionada

Ouro Fino Pet Ltda.	07.380.067/0001- 48
---------------------	------------------------

Observação

Administrador do Emissor

Jardel Massari	263.940.816-04	Controle	Controlada Indireta
----------------	----------------	----------	---------------------

Presidente do Conselho de
Administração e Controlador

Pessoa Relacionada

Ouro Fino Pet Ltda.	07.380.067/0001- 48
---------------------	------------------------

Observação
